

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-LICENCIATURA**

**TIAGO REZENDE LOPES**

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O INGRESSO UNIVERSITÁRIO**

**CAMPO GRANDE/MS  
2024**

TIAGO REZENDE LOPES

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O INGRESSO UNIVERSITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilza Pôrto Gonçalves

CAMPO GRANDE/MS  
2024

## RESUMO

Esta pesquisa é um estudo documental comparativo dos conteúdos da disciplina de História na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas presentes em livros didáticos e provas de vestibular. É proposto uma investigação das questões de História do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS) de 2021, em comparação com o conteúdo presente na *Coleção Módulos para o Novo Ensino Médio – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)* da EDITORA AJS LTDA., aprovada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021. Reconhecendo que o livro didático não é um material ilimitado e precisa, portanto, abordar uma quantidade finita de temáticas, a pesquisa visa identificar a limitação do material didático, tendo como referência o exigido pelo vestibular. A pesquisa é de natureza qualitativa e realiza uma análise comparativa de conteúdo. Propõe-se uma abordagem frequentemente ignorada pelas ciências humanas, por um ângulo sistemático e objetivo, por meio das técnicas de análise estabelecidas por Bardin (1977). Averiguou-se, especificamente, a capacidade dos livros didáticos como ferramentas capazes de auxiliar no preparo para os processos seletivos de ingresso em cursos superiores. Os livros didáticos possuem a obrigatoriedade da presença de certos conteúdos estabelecidos no currículo básico, o qual foi alterado nacionalmente pela BNCC e pela implementação da Lei n.º 13.415/2017, que causaram modificações substanciais no PNLD 2021. A necessidade de analisar cientificamente o estado atual do conteúdo de História nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é uma das justificativas para a realização da atual pesquisa. A investigação possui um objeto central, a *Coleção Módulos para o Novo Ensino Médio (2020)*, que foi comparada com as dez questões de História presentes no Processo Seletivo do Vestibular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PSV-UFMS-2021). O referencial teórico para a análise do livro didático inclui estudos na área da História do Livro didático e Ensino de História realizados por Alain Choppin (2002; 2004), Circe Bittencourt (1997; 2008; 2013), Décio Gatti Jr. (1997; 2004) e Kazumi Munakata (1997; 2012; 2016). Para as técnicas de investigação do material utiliza-se de Bardin (1977), o embasamento legal inclui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2018), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/1996) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD/2021). A análise revelou uma lacuna significativa na abordagem de conceitos históricos na coleção examinada, evidenciando a incapacidade da mesma em propiciar informações para a resolução de metade das questões do vestibular mencionado. A pesquisa demonstrou que a coleção dificulta o acesso à informação para resolução de questões de história do processo seletivo de ingresso na UFMS.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino Médio; História; PNLD; Vestibular; Análise de conteúdo.

## ABSTRACT

This research is a comparative documental study of the content in the history discipline within the field of humanities and applied social sciences, as presented in textbooks and university entrance exams. It investigates the questions from the Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS) of 2021 in comparison to the content of the *Coleção Módulos para o Novo Ensino Médio – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)*, published by AJS LTDA. and approved by the 2021 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Recognizing that textbooks are finite resources and must address a limited range of topics, this research aims to identify the limitations of the didactic material with reference to the demands of the entrance exam. The study adopts a qualitative methodology and performs a comparative content analysis. It proposes a systematic and objective approach, often overlooked in the humanities, by applying the content analysis techniques established by Bardin (1977). Specifically, the study assesses the capacity of textbooks to serve as effective tools in preparing students for university entrance exams. Textbooks are required to include certain content mandated by the basic curriculum, which was significantly modified nationwide by the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) and the implementation of Law no. 13,415/2017, both of which led to substantial changes in the 2021 PNLD. The scientific analysis of the current state of history content in textbooks within the Humanities and Applied Social Sciences is one of the main justifications for this research. The investigation centers on a specific object of study, the *Coleção Módulos para o Novo Ensino Médio (2020)*, which was compared to the ten history questions present in the PSV-UFMS 2021 exam. The theoretical field for textbook analysis includes studies in the history of textbooks and history education conducted by Alain Choppin (2002; 2004), Circe Bittencourt (1997; 2008; 2013), Décio Gatti Jr. (1997; 2004), and Kazumi Munakata (1997; 2012; 2016). Bardin's (1977) techniques were employed for material analysis, while the legal framework encompasses the Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2018), the Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), the national education guidelines and framework law (Law No. 9,394/1996), and the Plano Nacional do Livro Didático (PNLD/2021). The analysis identified a significant gap in the treatment of historical concepts in the examined collection, demonstrating its inability to provide information necessary for solving half of the history questions in the analyzed entrance exam. The research concluded that the collection hinders access to critical information required for resolving history questions in the UFMS entrance examination.

Keywords: Textbook; High School; History; PNLD; Entrance exam; Content analysis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. O LIVRO DIDÁTICO, O PNLD E OS VESTIBULARES .....</b>	<b>9</b>
2.1 <i>UM OBJETO DE DIFÍCIL DEFINIÇÃO</i>	10
2.2 <i>OS LIVROS DIDÁTICOS E A LEGISLAÇÃO</i>	13
2.3 <i>EXAMES, PROCESSOS SELETIVOS E VESTIBULARES</i>	17
<b>3. A ANÁLISE DE CONTEÚDO .....</b>	<b>24</b>
3.1 <i>MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS</i>	24
3.2 <i>O PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR DA UFMS</i>	30
3.3 <i>HIPÓTESE, OBJETIVOS, INDICADORES E ÍNDICES</i>	33
<b>4. A ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A COLEÇÃO MÓDULOS E O VESTIBULAR .....</b>	<b>35</b>
4.1 <i>TRATAMENTO DOS RESULTADOS</i>	61
4.2 <i>INFERÊNCIA</i>	64
4.3 <i>INTERPRETAÇÃO</i>	65
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>77</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O livro didático é um instrumento pedagógico de presença recorrente nas salas de aula brasileiras. Mesmo diante da disponibilidade de aparelhos eletrônicos, capazes de fornecer um grande volume de informações, o livro didático continua sendo um dos poucos elementos gratuitos e de acesso a informações confiáveis, ou pelo menos legalmente revisadas, aos quais os alunos brasileiros têm acesso ao longo de sua formação básica.

Devido à sua importância para a construção dos saberes escolares, é importante que tal material, para se manter relevante diante das demandas de uma sociedade sempre em movimento, experienciasse modificações em sua estrutura. Ele não poderia permanecer o mesmo quando a própria sociedade está em constante transformação. Diante disso, percebe-se que a Lei n.º 13.415/2017 realizou mudanças fundamentais na estruturação em uma das etapas da educação básica, o Ensino Médio. Essa nova legislação e as orientações do Ministério da Educação (MEC) somada às transformações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Novo Ensino Médio (DCNEM/2018) e pela (BNCC), causaram reverberações que resultaram na reformulação dos livros didáticos. O desenvolvimento de novos formatos foi necessário para que os livros fossem alinhados com os parâmetros estabelecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021. Após o ano mencionado, as coleções aprovadas adequaram-se às novas estruturas e, assim, os conteúdos da disciplina de História tiveram, como os de todas as outras disciplinas, remodelações.

Com essas mudanças, estudos foram realizados nas áreas de currículo escolar em relação às alterações das disciplinas escolares. No campo da educação, as novas abordagens interdisciplinares forneceram as bases para analisar o novo formato de integração das disciplinas, enquanto questões sobre a distribuição da carga horária foram debatidas considerando a percepção dos estudantes acerca das abordagens adotadas pelas instituições de ensino. Na área de ciências humanas, e principalmente em História, estiveram presentes importantes discussões sobre as representações de povos originários, da cultura afro-brasileira e africana, estudos de gênero e outras questões sociais indispensáveis para o desenvolvimento científico.

No entanto, os estudos que se propuseram analisar qualitativa o conteúdo de História presente nos livros didáticos em comparação com os vestibulares após as mudanças do PNLD de 2021 foram, no mínimo, tímidos. A maior parte das pesquisas que tomaram o livro didático como objeto de estudo dedicaram-se à análise dele a partir da visão de um produto cultural ou mercadológico, ou focalizaram em realizar denúncias ideológicas e apontar apagamentos

históricos. Ainda que seja reconhecida a importância desses estudos, percebe-se que a função de portador de conhecimento do livro didático é um ponto de análise deixado em segundo plano, esquecido, para dar espaço a análises com outros enfoques igualmente importantes.

Foi, portanto, para preencher essa lacuna de abordagens qualitativa da função de portador de conhecimento dos livros didáticos na área de ensino de História, que o autor do trabalho propõe uma pesquisa de análise documental utilizando das técnicas de análise de conteúdo para investigar a presença ou ausência de informações históricas nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas direcionados ao Ensino Médio.

A hipótese que orienta a pesquisa é que os livros didáticos da *Coleção Módulos* (2020), reformulados para atender às novas diretrizes do PNLD 2021 e da BNCC, apresentaram uma redução de conteúdo na disciplina de História. Tal redução compromete sua eficiência como um material apto para a preparação dos estudantes para processos seletivos, isso é evidenciado pela incapacidade de auxiliar na resolução das questões de História do Vestibular UFMS 2021. A redução de informações ocorreu porque o PNLD 2021 implementou diversas alterações, sendo uma delas o modelo interdisciplinar, substituindo três livros dedicados exclusivamente à disciplina de História por seis volumes que abordam de forma integrada as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Geografia, Filosofia, História e Sociologia).

Os livros didáticos desempenham um papel essencial na educação básica, oferecendo aos alunos informações confiáveis e verificadas. Além disso, são instrumentos importantes no preparo para o ingresso no ensino superior, pois os processos seletivos demandam conhecimentos específicos de cada disciplina, que devem estar contemplados nesses materiais.

No entanto, os conteúdos dos livros não resultam exclusivamente de decisões editoriais, mas de uma complexa interação entre o MEC, a BNCC, o PNLD e as equipes editoriais, que influenciam, em graus variados, os materiais aprovados pelo PNLD. Apesar dessa ampla relação ser importante, a presente pesquisa não analisará a relação geral entre esses fatores.

O foco está na análise da presença ou ausência de conteúdos necessários para a resolução de questões de vestibulares, a pesquisa avalia uma das funções do livro didático, essa sendo a de um instrumento portador de conhecimento sistematizado. Em síntese, a investigação avalia os livros didáticos a partir das demandas específicas dos processos seletivos, sem explorar as influências que determinam sua produção e conteúdo.

Consciente da motivação e do foco da pesquisa, torna-se essencial expor os objetivos e métodos utilizados para estruturá-la. O objetivo geral foi analisar o conteúdo de História nos seis volumes da *Coleção Módulos* (2020), comparando-o com as exigências das questões de

História do Vestibular da UFMS de 2021, para verificar se os volumes oferecem informações suficientes para a resolução das questões universitárias.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar estudos acadêmicos sobre o livro didático, o vestibular e os dispositivos legais que norteiam sua elaboração; b) Identificar se os conteúdos da *Coleção Módulos para o Novo Ensino Médio – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) contemplam os conhecimentos requeridos no Processo Seletivo da UFMS de 2021; c) Classificar e interpretar os resultados obtidos na análise de conteúdo, inferindo sobre as capacidades da coleção em relação às demandas do vestibular.

Nota-se, a partir do exposto, a necessidade de trabalhar com documentos textuais, em que o ponto principal é identificar o significado e a temática de uma mensagem escrita para compará-la a outra. A pesquisa utiliza para isso a metodologia da análise documental, orientado pela análise temática descrita por Laurence Bardin em *Análise de Conteúdo* (1977). Essa técnica busca correlacionar a temática dos conteúdos das questões do vestibular com as mensagens presentes nos livros didáticos, identificando núcleos de sentido e temas. A aplicação dessa metodologia e técnica possibilitou verificar se as temáticas das questões do vestibular possuem correlações de conteúdo com as mensagens dispostas nos livros didáticos.

O processo metodológico ocorre da seguinte forma: a) Pré-análise: análise da estrutura interna dos objetos de estudo, localização e transcrição dos textos das questões do vestibular; b) Exploração do material: identificação dos significados e temas das questões, por meio de fragmentos textuais, e formulação de unidades de análise para pesquisa nos livros didáticos; e, por fim, c) Tratamento dos resultados: verificação da presença ou ausência de conteúdos nos livros didáticos que respondam às questões, organização dos dados e interpretação dos resultados obtidos.

Diante do exposto, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: uma introdução, três capítulos de desenvolvimento e considerações finais. O texto atual é a própria introdução, seguida de um primeiro capítulo dedicado à explicação dos conceitos que descrevem os objetos de análise ao longo do trabalho. No capítulo um, serão definidos: o livro didático, o PNLD e os vestibulares. No segundo capítulo, inicia-se o processo de análise de conteúdo com as técnicas estabelecidas por Bardin (1977), explorando os materiais e os documentos que compõem o *corpus* da pesquisa e decompondo-os em elementos menores. O terceiro capítulo é dedicado à exposição dos processos de análise temática das questões, à busca de correlação nos livros didáticos e à classificação da presença ou ausência de determinados conteúdos. Esse último capítulo também se dedica ao tratamento dos resultados, às inferências e às interpretações dos

resultados obtidos pelo processo de análise realizado. A última seção apresenta as considerações finais do autor.

## 2. O LIVRO DIDÁTICO, O PNLD E OS VESTIBULARES

O livro didático adquiriu, ao longo do tempo no Brasil, uma visão negativa, e nos últimos anos a mera menção de utilizar um livro didático em sala de aula causa desgosto entre os profissionais da educação. Tal situação é comentada por Munakata no trecho seguinte:

Uma posição prevalente durante muito tempo foi a de que o livro didático, seja pelo seu caráter de vulgarização, seja por ser veículo da ideologia (burguesa) ou produto da indústria cultural, era necessariamente ruim, o avesso da ciência, o que denunciava a precária formação de seus usuários – os professores, que recorriam a ele como “muletas” (Munakata, 2012, p. 63).

Ademais, segundo Munakata (2009), essa posição de negatividade que cerca o livro didático atualmente não se trata apenas de condená-lo como um material de vulgarização da cultura, mas também na contemporaneidade brasileira o objeto se tornou um assunto controverso em ambientes de disputa política. O autor menciona que, em meio a discussões partidárias que não se preocupavam verdadeiramente com o conteúdo ou a funcionalidade de tais instrumentos pedagógicos, os debates tendem a classificá-los como uma “cartilha de esquerda” ou um livro “reprodutor da ideologia dominante”. No cenário pedagógico, a situação não é muito diferente. Em uma tentativa de condenar os elementos relacionados ao que foi estabelecido no Brasil como uma educação “tradicional” ou bancária, os educadores sentem-se também na obrigação de condenar um de seus instrumentos e evitar o “ensino livresco” (Munakata, 2009, p. 283). Esse “preconceito” em relação ao livro didático não ocorreu apenas no Brasil. Choppin (2004) chama a atenção para esta característica do campo temático e aponta um possível retorno: “Após terem sido negligenciados, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliográficos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá.” (Choppin, 2004, p. 549).

Propõe-se então, para esclarecimento do objeto a ser analisado nesta pesquisa, uma definição de livro didático que, de forma clara, evidencie a sua dimensão instrumental. É necessário abordá-lo a partir de uma perspectiva científica de pesquisa para que seja possível evitar as mencionadas condenações ideológicas automáticas que submetem todo e qualquer livro didático. Ao começar a pesquisa dessa forma pretende-se escapar da armadilha de condená-los como uma simples mercadoria refém da indústria cultural presente no sistema capitalista ou como um simples instrumento ideológico. Procura-se evitar incriminações automáticas em relação a um instrumento que tem suas origens em um ensino que não mais representa o atual, mas que não justifica um ódio cristalizado sobre ele. O livro didático é um objeto de estudo válido e deve, portanto, ser abordado com rigor científico.

## 2.1 Um objeto de difícil definição

Sua importância como objeto de pesquisa científica justifica-se por ser o livro didático um dos únicos meios de acesso a informações confiáveis e revisadas que alunos brasileiros têm contato ao longo de sua formação básica. Munakata confirma essa afirmação, se posicionando ao dizer que o livro didático é:

Considerado por diversos autores como o principal acesso à informação e, em algumas situações, até a única possibilidade de contato com o conhecimento que estudantes possuem, o livro didático é em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar (Munakata, 2016, p. 123).

Portanto, é esperado que esse objeto contenha as informações indispensáveis para a formação básica. Não apenas para a formação de um cidadão socialmente consciente de si, de seus deveres, direitos e das dificuldades da sociedade em que vive, mas também conter conhecimentos que o permitam progredir profissional e academicamente. O livro didático que não possui, por exemplo, o conteúdo necessário para resolução de questões de vestibulares estaria, assim, aumentando a desigualdade de acesso à informação. Estaria impedindo principalmente os alunos das redes públicas, que, como mencionou Munakata, têm à sua disposição apenas esses livros didáticos como meio de contato com o conhecimento revisado e confiável.

Uma vertente temática importante no campo de pesquisa sobre o livro didático, salientada por Bittencourt, é que:

O estágio atual demonstra que as análises têm buscado ultrapassar as constatações de seu caráter ideológico, cuja denúncia é importante, mas não conduz a uma compreensão significativa dessa produção. *As preocupações atuais recaem na compreensão das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagem expressos nessa literatura pedagógica*, das articulações entre conteúdo e livro didático como mercadoria dos vínculos entre políticas públicas educacionais e os processos de escolha desses livros pelos professores e dos *diferentes usos que professores e alunos fazem do material* (Bittencourt, 2008, p. 306, grifo nosso).

As seções destacadas em itálico enfocam a questão fundamental da análise do presente trabalho. Pretende-se analisar qualitativa e quantitativamente o conteúdo programático desse objeto de estudo. É necessário, portanto, um objeto capaz de expressar essa “compreensão das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagem” além de possuir “diferentes usos que professores e alunos fazem do material” (Bittencourt, 2008, p. 306). Partindo desses dois pontos, a busca é por um elemento capaz de relacionar o conteúdo escolar de História e o

conteúdo exigido pelos vestibulares da UFMS, além de ser capaz de estruturar o preparo pessoal visando o ingresso universitário.

O que necessita ser definido neste momento é um objeto de reconhecimento quase instantâneo, familiar ao senso comum e ao dia a dia dos estudantes e professores do Brasil. Por ser produzido em grande volume, ele é, para a maioria das pessoas, algo tão comum quanto ventiladores ou cadeiras escolares. Talvez seja exatamente por essa presença recorrente na experiência escolar diária que “[...] hoje consideramos o livro didático como um objeto banal, um objeto tão familiar que parece inútil tentar defini-lo [...]” (Choppin, 2004, p.552). No entanto, é preciso a tentativa, se não de defini-lo completamente, ao menos realizar uma abordagem das discussões presentes na história da educação, do livro e dos livros didáticos e até mesmo na história das disciplinas escolares, a procura de estudos que buscam determiná-lo. Afinal, a investigação que será realizada tem como foco um objeto físico, produzido com o intuito de ser utilizado em sala de aula ou em casa. Ele possui diversas funções, e a pesquisa visa determinar sua capacidade como portador de conhecimentos. Portanto, é fundamental tentar compreendê-lo ao máximo para o aprofundar a investigação.

Os autores consultados durante a pesquisa, são frequentemente relacionados a estudos vinculados à disciplina de História e ao livro didático. Logo, Alain Choppin (2002; 2004), Circe Bittencourt (1993; 1997; 2008; 2013), Décio Gatti Jr. (1997; 2004) e Kazumi Munakata (1997; 2012; 2016) são referências aos quais se recorreu na tentativa de buscar uma definição. Começando pelo autor Alain Choppin, este menciona que o livro didático, em seu caráter mais objetivo, é um:

Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (Choppin, 2002, p. 14).

Essa definição contempla em partes o que se procura. A porção na qual Choppin o define como um “depositário de um conteúdo educativo” (Choppin, 2002, p. 14) é realmente satisfatória, pois poderia ser interpretada como um objeto possuidor de um conteúdo programático apto a ser comparado com o conteúdo exigido pelas questões de um vestibular. No entanto, a parte referente a saberes e habilidades “julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (Choppin, 2002, p. 14), apesar de realmente ser verdadeira, no caso da pesquisa atual não significa que possuir os conteúdos julgados indispensáveis à sociedade é o mesmo sentido de conteúdos programáticos de vestibulares.

Em um artigo posterior, *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa*, Alain Choppin (2004) situa o livro didático no cruzamento de três

gêneros literários. Ademais, ele define quatro funções essenciais para esse objeto: a referencial (curricular ou programática), fundamentada com referências sólidas nos currículos e programas de um grupo social, contendo o programa de uma disciplina; a instrumental, que abarca métodos, exercícios e atividades de uma determinada disciplina; a ideológica e cultural, direcionada a construção de identidade social com valores nacionais definidos; e a documental, que registra passagens, textos ou icônicos (Choppin, 2004, p. 553). Posteriormente, Munakata analisa essas funções e considera que:

*Cada uma dessas funções pode ser tomada como um objeto de pesquisa. Além disso, devem-se incluir, como temas de pesquisa, aqueles que se referem a cada momento do ciclo da produção, circulação, distribuição e consumo do livro didático, sempre levando em conta as especificidades que marcam essa mercadoria (Munakata, 2012, p. 186, grifo nosso).*

Considerando essa afirmação, na qual Munakata estabelece todas as funções como possíveis temas de pesquisa, o presente trabalho pretende analisar a primeira função estabelecida por Alain Choppin: a função referencial. Esta análise busca, partindo dessa funcionalidade do livro didático, relacionar as questões universitárias de História do vestibular com o conteúdo e conceitos históricos presentes no livro didático. Essa busca tem a intenção de verificar se o conteúdo presente na coleção escolhida para análise consegue fornecer subsídio para a resolução de questões dessa disciplina.

O conteúdo, organizado no livro didático em temáticas, capítulos, subitens e outras divisões, é algo que pode ser explorado e que, ao ser analisado, pode revelar os alcances de suas funcionalidades. Logo, ao analisar a função referencial de um livro didático, espera-se obter meios de avaliar o conteúdo da disciplina de História e verificar se os autores elaboraram um livro com possibilidade funcional de ser um instrumento preparatório para os vestibulares de ingresso universitário. No entanto, essa é uma definição de funcionalidade que, apesar de contemplar a proposta da atual pesquisa e seja útil para etapas posteriores, ainda não define materialmente o objeto “livro didático”.

Retornando ao campo de estudos já consagrados, o autor Kazumi Munakata, em pesquisas recentes, encontrou um consenso sobre a definição de livros didáticos. Em 2016, no artigo *Livro didático como indício da cultura escolar* e, posteriormente, no dossiê de 2017 *Livros Didáticos Como Fonte/Objeto de Pesquisa para a História da Educação no Brasil e na Espanha*, utilizou duas definições semelhantes. No artigo de 2016, escreve: “Uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica, etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos (Livres, 2005).” (Munakata,

2016, p. 121). Já no dossiê de 2017, afirma que “Desse modo, há hoje um consenso tácito de que o conceito de livro didático se refere a todas as publicações (impressas ou em outros suportes) produzidas para serem adotadas nas escolas para fins de ensino.” (Munakata, 2017, p. 2).

As duas definições apresentadas pelo autor são tão semelhantes que poderiam ser resumidas em uma única frase: livro didático é qualquer produção textual com finalidade didática, criada para ser adotada pelas escolas. Considerando as discussões realizadas pelos pesquisadores mencionados, as principais conclusões de Munakata e os debates acerca da definição, é possível estabelecer uma caracterização para ser utilizada na pesquisa. O livro didático é definido como uma produção textual — em formato físico ou digital — com finalidade didática, desenvolvido explicitamente com a intencionalidade de uso por docentes e discentes das instituições educacionais. Esse material contém o conhecimento considerado pedagogicamente relevante pela sociedade para compor o conteúdo programático das disciplinas escolares.

É necessário fazer uma ressalva, considerando que o livro didático possui múltiplas funcionalidades e que sua elaboração e aprovação pelo PNLD envolvem diversos agentes e instituições, cada um com diferentes intencionalidades. O próprio livro é um produto do seu tempo e está sujeito às influências contextuais que o moldam. Entretanto, a pesquisa propõe uma avaliação sob a perspectiva instrumental do livro, considerando-o como um receptáculo de conhecimento que, devido às suas limitações, pode ou não contribuir para a resolução de questões universitárias. Dessa forma, a análise focará na capacidade do livro em oferecer informações compatíveis com o exigido pelos processos seletivos. Os conhecimentos considerados pedagogicamente relevantes para a avaliação serão aqueles cobrados nos vestibulares. Isso, no entanto, não implica que tais conhecimentos sejam os únicos indispensáveis para a disciplina de História, mas apenas que o vestibular foi escolhido como um parâmetro para a análise do conteúdo.

## *2.2 Os livros didáticos e a legislação*

Com a funcionalidade e o objeto definidos, surge outra questão a ser abordada antes da análise da coleção. Essa questão está relacionada ao vocabulário utilizado para referir-se ao livro didático, isto é, como a expressão “livro didático” se consolidou acima de outras, como “manuais escolares”, “livros textos”, “livros de aula”, “cadernos escolares”. Munakata (1997) comenta que a expressão utilizada atualmente foi consagrada principalmente pelo Decreto-Lei

n. 1006<sup>1</sup>, de 30/12/1938, que criou a Comissão Nacional do Livro Didático. No entanto, esse não foi o único e nem o primeiro Decreto-Lei que estabeleceu esse costume vocabular. Somaram-se a ele diversas ações governamentais subsequentes, como as Comissões Estaduais do Livro didático (CELD), a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED)<sup>2</sup> e o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF)<sup>3</sup>. Após essas, o que realmente consolidou a imagem, o conceito, o senso comum e a noção que a sociedade brasileira possuiu sobre o livro didático foi o atual Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)<sup>4</sup>, instituído pelo Decreto-Lei 91.542, de 19/08/1985. Contudo, a importância do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) não se limita apenas à formulação de uma nomenclatura padrão utilizada atualmente, mas o programa molda a estrutura dos livros didáticos e, por isso, representa um aspecto relevante da pesquisa que precisa ser abordado.

Como mencionado no parágrafo anterior, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído pelo Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985, a partir de então, tornou-se responsável pela distribuição de livros didáticos às escolas, que naquele contexto ainda eram definidas como escolas de 1º grau. O foco desta pesquisa não é a realização de uma análise histórica do PNLD, tenta-se nesse momento manter as discussões relacionadas às questões do PNLD de 2021, que afetam diretamente os livros didáticos analisados. Ainda assim, é importante salientar que inicialmente o programa não contemplava o Ensino Médio, mas começou progressivamente a abrangê-lo em 2004, com o processo concluído em 2009. Esse programa foi novamente alterado pelo Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017, impactando diretamente os volumes que serão analisados nesta pesquisa e alterando a nomenclatura para Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Antes de abordar essas alterações é necessário revisar as mudanças ocorridas anteriormente no mesmo ano, que culminaram nas alterações atuais.

Em fevereiro de 2017, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) foi significativamente modificada, suas mudanças impactaram a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. As grandes alterações nesta última etapa acabaram por

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Diário Oficial da União. Seção 1. 05/01/1939. p. 277, estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

<sup>2</sup> Munakata (1997) comenta os estudos realizados por Oliveira (1984), e discute sobre o decreto que cria a COLTED, o primeiro decreto o de n.º 58.653, de 16/6/1966, criou o Conselho (e não a Comissão) do Livro Técnico e Didático.

<sup>3</sup> A Portaria n.º 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). O então INL passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). Disponível: em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>

<sup>4</sup> A edição do Decreto n.º 91.542, de 19/8/85, faz com que o antigo Plidef, programa desenvolvido pelo antigo INL este também já incorporado, de lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

popularizar a denominação “Novo Ensino Médio” (NEM). Essas mudanças podem ser analisadas ao observar as transformações estipuladas pela Lei n.º 13.415/2017, a qual, no Art. 35-A, fica perceptível a tentativa de redefinir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as classificações do aprendizado em quatro áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. A lei também estabelece que a carga horária destinada a essas áreas do conhecimento “não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio” (Brasil, 2017). Além disso, outra principal mudança ocorre no Art. 36, que acrescenta os itinerários formativos divididos em cinco saberes: “I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.” (Brasil, 2017) que deverão compor, por escolha dos estudantes, a carga horária restante.

A introdução da Lei n.º 13.415/2017 é de fundamental importância para compreender as mudanças que impactaram o objeto de análise e motivaram essa pesquisa. Afinal, as mudanças implementadas não apenas por essa Lei, mas também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2018) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) que resultaram na reformulação das obras aceitas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021. Percebe-se que a substituição de disciplinas por áreas de conhecimento, apesar de promoverem uma maior interdisciplinaridade, forçou as disciplinas (História, Filosofia, Sociologia e Geografia) a trabalharem em conjunto em uma única área de conhecimento (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Isso causou uma significativa alteração no formato dos livros didáticos, que tiveram de aglutinar todas as disciplinas em uma só área do conhecimento e, portanto, receberam uma coleção singular destinada a essa área.

O impacto nos livros didáticos foi percebido primeiramente no Edital de Convocação Nº 03/2019 – CGPI, que estipulava o PNLD de 2021 com base nas alterações iniciadas pela Lei n.º 13.415/2017. Foi neste Edital que se revelaram as primeiras normas que as coleções de livros didáticos, formuladas com base nas alterações do Novo Ensino Médio, deveriam seguir para serem aprovadas pelo programa. Para adequar-se à BNCC e ao Novo Ensino Médio, o PNLD de 2021 redefiniu os materiais didáticos em cinco objetos: objeto 1, obras didáticas de projetos integradores e projeto de vida; objeto 2, obras didáticas por área do conhecimento e obras didáticas específicas; objeto 3, obras de formação continuada professor gestor; objeto 4, recursos digitais; e objeto 5, obras literárias.

As alterações também foram percebidas ao nível estrutural das obras didáticas, modificadas completamente em suas disposições de conteúdos e divisões do conhecimento. As

editoras de livros didáticos tiveram que reformular o formato vigente até 2018 para adequar-se às mudanças estipuladas pelo PNLD 2021, sendo uma das alterações a extinção dos livros por disciplinas na área de ciências humanas e sua substituição por uma coleção interdisciplinar. Além disso, o edital do PNLD 2021 introduziu uma redução no número máximo de páginas dos livros destinados aos alunos, reduzindo o número de 288 páginas (PNLD 2018) para um máximo de 160 páginas (PNLD 2021) por livro do estudante.

Além da redução no número de páginas, as novas coleções são compostas por seis livros didáticos por área de conhecimento destinados aos três anos do ensino médio. Isso significa que o formato anterior, com três livros para cada série de ensino, sendo um livro de História dedicado para o 1º ano, outro para ao 2º ano e um terceiro para o 3º ano (resultando em 3 livros por disciplina com um total de 864 páginas), foi substituído por seis livros (com um total de 1080 páginas) para todos os três anos do ensino médio. Embora essa mudança possa aparentar um ganho de 216 páginas, ao avaliar o novo formato, no qual uma única coleção abrange todas as disciplinas da grande área, como a Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, essas 1080 páginas são na realidade divididas entre as 4 disciplinas. Enquanto as antigas 864 páginas eram dedicadas exclusivamente para uma única disciplina, ao dividir igualmente as 1080 páginas para as 4 áreas, ter-se-iam, no máximo, 270 páginas para cada disciplina ao longo dos três anos do ensino médio.

Focalizando especificamente na área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, as obras aprovadas no PNLD 2021, como objeto 2, foram:

**Quadro 1 – Coleções aprovadas pelo PNLD 2021**

<b>Coleção</b>	<b>Editora</b>
<i>Conexões Mundo: ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Brasil SA
<i>Conexões - ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Moderna LTDA
<i>Contexto e Ação (2020)</i>	Scipione S.A
<i>Diálogo – ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Moderna LTDA
<i>Diálogos em Ciências Humanas (2020)</i>	Ática S.A
<i>Humanitas.doc (2020)</i>	Saraiva Educação S.A

<i>Identidade em Ação - Ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Moderna LTDA
<i>Interação Humanas (2020)</i>	Brasil SA
<i>Moderna Plus – ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Moderna LTDA
<i>Multiversos - ciências humanas</i>	FTD S.A
<i>Coleção Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)</i>	AJS LTDA
<i>Palavras de Ciências Humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	Palavras Projetos Editoriais LTDA - ME
<i>Prisma – Ciências Humanas (2020)</i>	FTD S.A
<i>Ser protagonista ciências humanas e sociais aplicadas (2020)</i>	SM LTDA

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Guia Digital PNLD 2021 – Obras didáticas por áreas do conhecimento específicas

A presente pesquisa analisará a *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)* da editora AJS LTDA.

### 2.3 Exames, processos seletivos e vestibulares

Com um dos objetos de análise definido e com o programa nacional que o regula já descrito, ainda se faz necessário abordar o segundo objeto de análise, que servirá de base comparativa para o livro didático: o vestibular. No entanto, mesmo estando ciente do caráter influenciador que as avaliações ao nível nacional possuem sobre o currículo escolar e os livros didáticos, esta pesquisa não se propõe a analisar o impacto dos vestibulares no currículo. A proposta da pesquisa é investigar as questões de História dos vestibulares aplicados, relacionando-as com os conteúdos dessa mesma disciplina nos livros didáticos da *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio - ciências humanas e sociais aplicadas (2020)*, analisando sistematicamente a capacidade de solucionar questões universitárias desse material. Para ser realizada tal ação, é preciso, primeiramente, definir por meio de referências o “vestibular”, pois esse material será utilizado na pesquisa para verificar a presença de conteúdos no livro didático.

Para definir esse objeto, optou-se por apresentar um breve histórico da estrutura, das legislações, provas e exames que, durante a República Brasileira, definiram ao longo dos anos no Brasil o ingresso ao ensino superior. A decisão de começar a partir de 1889 deve-se ao fato de que, segundo Silvia Maria Leite de Almeida, em sua tese de doutorado intitulada *Acesso à educação superior no Brasil: Uma cartografia da legislação de 1824 a 2003 (2006)*, esclarece que foi durante o regime republicano, com a Carta Constitucional de 1891, que se estruturaram as bases do sistema de acesso ao nível superior de ensino, nos moldes que serão analisados no presente estudo. A autora menciona o exame de madureza, regulado pelo Decreto Nº 981 de 1890, mas somente aplicado em 1908, sendo realizado pelo Estado. Esse exame, apesar de ser utilizado como uma forma de entrada na educação superior, destinava-se primariamente a avaliar o perfil de saída do ensino secundário, acabou não atingindo as expectativas. O exame de madureza buscava verificar se o aluno possuía a cultura intelectual necessária. Almeida (2006, p. 110) comenta que durante esse período o Colégio Pedro II era um modelo de como realizar as avaliações, aplicá-las e quais tipos de conteúdo deveriam ser cobrados, com as legislações do Estado regulando e fiscalizando os exames. Assim, a influência do Colégio Pedro II sobre o padrão das provas era marcante.

Adolpho Ribeiro Netto em seu trabalho intitulado *O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias (1985)* perpassa a história dos vestibulares e menciona que, na época, era utilizada uma nomenclatura diferente da atual. A terminologia utilizada derivava de outros tipos de provas, ou, mais especificamente, de exames aplicados para autorizar a transição entre etapas de níveis de escolarização. Era comum definir esses processos como exames de admissão. Os exames de nível superior foram alterados durante a Primeira República brasileira, para os cursos superiores, pelo Decreto 8.659<sup>5</sup>, de abril de 1911, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na presidência de Hermes R. da Fonseca. Neste decreto, o primeiro parágrafo do Artigo 65 definia que “O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escripta em vernaculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias” (Brasil, 1911). Para Almeida (2006, p. 113), tal decreto institucionaliza o exame do vestibular. Ribeiro Netto (1985, p. 42) destaca que esses exames tinham como objetivo a avaliação do desenvolvimento intelectual e a capacidade de realizar estudos de alto nível daqueles que desejavam continuar sua formação.

---

<sup>5</sup> Este decreto que aprova a lei Orgânica do Ensino Superior está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Segundo Almeida (2006, p. 118), a Reforma Carlos Maximiliano<sup>6</sup>, de 1915, ainda que em menor grau, realizou alterações no sistema de ingresso nos cursos superiores, com a modificação mais significativa sendo da nomenclatura de exame de admissão para exame de vestibular. A autora também acrescenta:

Interessante o batismo do exame de admissão como exame vestibular. Proveniente do latim, *vestibulum* significa “pórtico, alpendre, entrada; soleira; espaço entre a porta de entrada de uma casa e a rua; o entrar (num assunto) começo, intróito” (HOUAISS, 2001, p. 2853). A idéia de que o exame de acesso era uma passagem estreita já remetia a idéia de que era algo restrito (Almeida, 2006, p. 118)

Posteriormente, em 1931, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, foi realizada a reforma do ensino pelo Ministro Francisco Campos. As mudanças estabeleceram dois ciclos para o ensino secundário: o ciclo inicial, chamado fundamental, com duração de cinco anos, e o ciclo complementar, com duração de dois anos, que passou a ser conhecido como pré-universitários. Com isso, os vestibulares foram novamente alterados, sendo realizados conforme o curso de nível superior pretendido pelo candidato. Não se tratando mais de uma prova geral para todos os cursos, o conteúdo passou a ser restrito a disciplinas essenciais de importância fundamental para o curso escolhido. Posteriormente, mesmo com as alterações de Gustavo Capanema em 1942 que consolidaram os cursos colegiais, as provas de admissão ao ensino superior se mantiveram sem alterações substanciais. Em relação à estrutura da prova, Ribeiro Netto (1985) revela que Matemática não era matéria exigida nos exames para ingresso nas escolas de medicina, enquanto Biologia não figurava entre as disciplinas das provas de ingresso às escolas de engenharia.

A Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961<sup>7</sup>, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apesar de realizar uma reforma universitária dividindo os cursos em secundário tradicional, normal, comercial, industrial e agrícola, pouco alterou as formas de ingresso. Sobre os exames da década de 1960, Ribeiro Netto (1985, p. 43) menciona que eles avaliavam o conhecimento dos candidatos sobre poucas disciplinas básicas. Para os cursos de Medicina, as disciplinas exigidas eram Física, Química e Biologia. Já para os cursos de Engenharia, as provas abrangiam Matemática, Física e Química. Quanto à estrutura de prova escrita, as bancas organizadoras eram constituídas muito tardiamente, e as questões, em pequena quantidade, eram completamente arbitrárias, ficando ao critério dos examinadores. A

---

<sup>6</sup> Esta reforma que reorganiza o ensino secundário e superior da república é o Decreto Decreto n. 11.530 de 18 de março de 1915. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>

<sup>7</sup> A lei aprovada durante o governo de João Goulart pode ser acessada em sua íntegra no portal do planalto: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 05 maio 2024

prova oral era a etapa seguinte, em que as perguntas variavam para cada candidato, inclusive em número. Essas provas tinham como objetivo determinar se o candidato possuía os requisitos mínimos para ocupar ou acessar o benefício de ingressar nos estudos avançados. Devido a esse fator, eram provas habilitatórias, e não classificatórias. Os candidatos que não atingissem a nota mínima eram eliminados, sendo exigida uma nota mínima de 4 em cada matéria para aprovação.

Para Ribeiro Netto (1984, p. 44), a situação dos exames sofreu uma alteração significativa em 1964. Em São Paulo, uma equipe coordenada pelo Prof. Walter Leser, em uma tentativa de racionalizar e aperfeiçoar os vestibulares de Medicina no estado, criou o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas (CES-CEM), que, em 25 de dezembro de 1964, tornou-se a Fundação Carlos Chagas. As mudanças foram fundamentais, com a inclusão de diversas disciplinas, objetivando a avaliação global, acrescentaram-se os conteúdos de Inglês, Conhecimentos Gerais (como História do Brasil, Geral, Geografia, Literatura), além das já tradicionais Física, Matemática, Química e Biologia. O caráter da prova foi alterado, passando de uma prova habilitatória para classificatória, com a adoção de questões objetivas de múltipla escolha e a unificação de diversos concursos, possibilitando aos candidatos concorrerem em várias unidades de ensino com um único exame.

Ademais, a Lei Nº 5.540 de 28 de dezembro de 1968 introduziu mudanças inspiradas no novo formato. Ribeiro Netto (1985, p. 44) ressalta o Art. 21, que define: “O Concurso Vestibular abrangerá os conhecimentos comuns as diversas formas de educação de 2º grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores” (Brasil, 1968). Além disso, a lei acrescenta, em seu parágrafo único, que:

Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência desta lei, o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo, para todos os cursos e áreas de conhecimento afins, e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos. (Brasil, 1968).

É estabelecido um vestibular único por instituição, e não mais por curso, um fator definidor que cria uma tendência para os anos seguintes. Segundo Almeida (2006, p. 219), durante os anos da Ditadura Civil-Militar Brasileira, os vestibulares adquiriram características mais tecnicistas, com diversas abordagens que racionalizaram o processo do vestibular, uma unificação das provas e critérios de notas mínimas. A autora salienta que no Parecer n. 791, de 13 de outubro de 1969, é perceptível:

Vê-se que a preocupação neste momento estava em classificar os candidatos, considerando uma nota mínima. Se procederia a enumeração em ordem decrescente,

dos pretendentes aos cursos superiores; ou seja, não havia mais a figura do aprovado ou do reprovado, mas do classificado (Almeida, 2006, p. 223)

Para os dois autores analisados, Ribeiro Netto (1987) e Almeida (2006), é o Decreto Nº 68.908, de 1971, que dispõe sobre o Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação, que estabelece as regras para os vestibulares que perduraram por muitos anos. Almeida (2006) salienta que essas diretrizes irão perdurar até o ano de 1990. O Art. 1º estabelece que a admissão nos cursos superiores será feita por Concursos Vestibulares, reafirmando a definição dessa nomenclatura. No Art. 2º é decretada a natureza classificatória dos vestibulares e o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas, uma tendência que começou com a Fundação Carlos Chagas e marcaria a história dos concursos vestibulares. Diante das discussões ao longo da década de 1970, novos decretos alteraram a estrutura das provas. O Art. 6º limita o conteúdo da prova do Concurso Vestibulares às disciplinas obrigatórias do ensino de grau médio, acrescido eventualmente de uma língua estrangeira moderna.

Em 1973, a Portaria Nº 723-A, do Ministério da Educação e Cultura, estabeleceu, em seu Art. 5º, as disciplinas que deveriam compor a prova: Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna), Estudos Sociais (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil) e Ciências (Matemática, Física, Biologia, Química). Posteriormente, o Decreto Nº 79.298 de 1977, que altera o Decreto Nº 68.908 mencionado anteriormente, dispõe na letra D do Art. 1º a inclusão obrigatória de uma prova ou questão de redação em língua portuguesa. Segundo Almeida (2006, p. 230), tal inclusão foi percebida como necessária pela sociedade da época, que apresentava críticas acerca da degradação do sistema avaliativo. Acrescido disso, não sendo mais requeridas por Lei as provas orais ou dissertativas, e com o incentivo do MEC na elaboração de questões objetivas que facilitassem o processo de correção por computadores, a tendência foi o domínio das questões objetivas de múltipla escola.

Os últimos parágrafos dessa seção do trabalho abordam as modificações nos processos seletivos universitários mais recentes, que impactaram diretamente o modelo utilizado no processo seletivo universitário da UFMS. Essas alterações foram instauradas a partir da Constituição brasileira de 1988, que dedicou o Capítulo III à estruturação dos princípios da educação brasileira, e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/1996), que regulamentou a educação com base na Constituição. É possível afirmar que é a partir desse momento na história dos processos seletivos de acesso ao nível superior no Brasil que se intensificou a diversidade de maneiras de ingressar nesses cursos.

Almeida (2006, p. 271) ressalta que a Constituição de 1988 é a primeira Constituição no Brasil a contemplar o acesso à educação superior, estabelecendo que é dever do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um.

Além disso, a autora menciona que:

A partir da vigência da Carta de 1988, até a data limite do ano de 2003, o acesso à educação superior se fez através de algumas formas distintas e às vezes complementares, a saber: (1) o concurso vestibular, que pela Lei n. 9.394, de 1996, é a possibilidade de principal acesso e que pode ser complementada através da (2) realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem; (3) da realização da Avaliação Seriada do Ensino Médio; e de (4) outras formas de acesso estabelecidas pelas próprias instituições de educação superior, em seu Estatuto e/ou Regimento, ou no Projeto Pedagógico, devidamente aprovados pelos respectivos órgãos regulatórios (SESu, Conselhos Estaduais de Educação, entre outros).

Dessa maneira, a Lei Nº 9.394 manteve o processo classificatório e a necessidade de um processo seletivo, mas, referente ao acesso à educação superior, não continuou a exclusividade do concurso vestibular. Isso permitiu, posteriormente, a inclusão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2002 e da Avaliação Seriada do Ensino Médio, os quais não serão analisados neste trabalho. Almeida (2006), ao analisar uma das finalidades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como definidor de critérios e mecanismos para os exames de acesso ao ensino superior, apresenta uma definição do próprio órgão que estabelece o vestibular como:

o processo seletivo tradicionalmente utilizado para ingresso no ensino superior brasileiro. Compreende provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio (língua portuguesa e literatura brasileira, matemática, biologia, física, química, história e geografia), uma língua estrangeira moderna (inglês, francês, espanhol, alemão) e uma prova de redação. Os alunos são convocados através de edital e os exames podem ser realizados pela própria IES ou por instituição especializada em realização de concursos ou processos seletivos. (Brasil, 200\_, *apud* Almeida, 2006, p. 284)

Em resumo, o segundo objeto de análise refere-se a uma das provas utilizadas para ingressar no ensino superior, que inicialmente, entre as décadas de 1920 e 1980, era um dos únicos métodos de acesso a cursos superiores no Brasil. Em relação ao processo seletivo universitário na UFMS, segundo Vinícios e Carla (2016, p. 1236), houve durante a década de 2010 um período de progressivas alterações do processo. O ENEM foi aceito como primeira fase do vestibular em 2010 e, em 2011, a distribuição das vagas começou a ser realizada via Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Além disso, o Enem foi adotado na instituição como forma integral de acesso a partir de 2011. Mas, a partir de 2018 a UFMS voltou a realizar o vestibular como forma de ingresso. Em 2021, o processo seletivo vestibular da UFMS representa um dos meios de acesso à universidade e é de natureza classificatória, com aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas. O mencionado vestibular contou em 2021 com questões

objetivas de múltipla escolha, e seu conteúdo limitou-se àqueles presentes nas disciplinas do ensino médio, sendo eles: língua portuguesa, literatura, matemática, biologia, física, química, história, geografia, sociologia, filosofia e língua estrangeira moderna.

O processo na UFMS segue um formato padrão que se instaurou a partir das alterações realizadas na educação escolar pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394. A padronização da prova e as estruturas dos processos seletivos vestibulares da UFMS seguem as orientações da portaria normativa do Ministério da Educação (MEC), as resoluções do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Coun), as resoluções da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), do Conselho de Graduação da UFMS (Cograd) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). A prova é executada pela Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e supervisionada pela Pró-Reitoria de Graduação<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Todas as entidades mencionadas estão presentes nos Editais de Inscrição. Especificamente foi analisado o Edital de Inscrição Nº 199/2020-PROGRAD/UFMS, que pode ser acessado pelo portal: <<https://ingresso.ufms.br/publicacao/vestibular/vestibular-ufms-2021-edital-de-inscricao-prograd-no-199-2020/>>

### 3. A ANÁLISE DE CONTEÚDO

A metodologia de análise documental realizada foi organizada segundo por meio das técnicas de análise de conteúdo de Bardin (1977). A autora divide o processo em três etapas principais: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Portanto, a primeira parte, a pré-análise, além de contemplar a escolha do material a ser analisado, os objetivos e a elaboração das hipóteses, também procede à referenciação dos índices, elaboração dos indicadores e constituição e organização do material de trabalho. A primeira etapa da análise documental será desenvolvida a seguir.

#### 3.1 Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Seguindo a estrutura de Bardin (1977), inicia-se pela definição do corpus; neste estudo, essa seleção de documentos foi realizada *a priori*. Ou seja, como o *corpus* documental já estava definido, parte-se diretamente para a obtenção dos materiais. Estes consistem em três conjuntos de documentos: seis volumes dos livros didáticos da *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), disponibilizados para consulta no portal da editora AJS; o Edital de Divulgação do Conteúdo Programático do Vestibular UFMS (PSV-UFMS 2021); a prova do processo seletivo vestibular de 2021 (PSV-UFMS 2021); e as dez questões de História da grande área de Ciências Humanas e suas Tecnologias do PSV-UFMS 2021. Os três últimos documentos estão disponíveis para consulta no portal da UFMS.

Para organizar o processo de investigação e análise dos documentos da pesquisa, foram utilizadas as informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE-2021), que detalham as características das obras que compõem o primeiro elemento do *corpus*, utilizadas no PNLD 2021. Os seis volumes da coleção estão presente na tabela abaixo:

**Tabela 1** – Coleção Módulos para o novo Ensino Médio aprovada pelo PNLD 2020

Editora	Código do volume	Volume	Nome do componente	Páginas	Valor unitário	Tiragem total	Valor total
EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04137IL	RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	R\$ 25,83	44.846	R\$ 1.158.372,18

EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04136IL	ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	R\$ 23,41	51.679	R\$ 1.209.805,39
EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04135IL	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	R\$ 23,25	52.256	R\$ 1.214.952,00
EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04138IL	CULTURAS E DIFERENÇAS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	144	R\$ 23,04	45.463	R\$ 1.047.467,52
EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04133IL	INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	R\$ 20,28	64.507	R\$ 1.308.201,96
EDITOR A AJS LTDA.	0229P212 04134IL	OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	144	R\$ 19,89	62.796	R\$ 1.249.012,44

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados estatísticos<sup>9</sup> do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2021).

Seguindo a metodologia de Bardin (1977), a regra da exaustividade foi aplicada. Assim, todos os elementos desse *corpus* foram analisados, sem exclusões arbitrárias, ou seja, todos os volumes que compõem a coleção estão presentes na pesquisa. A regra da representatividade também foi respeitada, essa diz respeito à capacidade de obter uma amostragem que possibilite generalizar os resultados obtidos para o conjunto da obra. Na atual pesquisa, as amostras são trechos extraídos dos livros didáticos e das questões do vestibular, que forneceram o significado das seções dos capítulos e dos conteúdos exigidos pelas questões. Ao comparar os núcleos de sentido desses recortes, é possível, a partir da amostra, inferir sobre a presença ou a ausência das temáticas nos volumes da coleção.

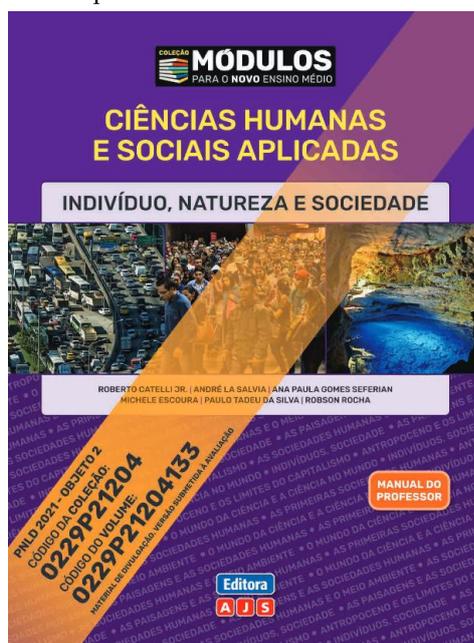
A regra da pertinência diz respeito à adequação dos documentos analisados como fontes de informação que correspondem ao objetivo da análise. A aplicação desta regra é condizente com o trabalho realizado. Pois, os objetivos da análise precisam estar alinhados à capacidade e aos limites dos documentos analisados. Não seria adequado exigir que os livros didáticos analisados contivessem o necessário para responder questões direcionadas a candidatos com escolaridade de nível superior. Essa regra é respeitada, pois os livros didáticos

<sup>9</sup> Os dados estatísticos dessa tabela foram obtidos do arquivo em *Excel* intitulado *valor de aquisição por título – Objeto 2 – ensino médio* disponível no portal do governo: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em 20 de jan. 2024

são destinados a apresentar conteúdo do nível da educação básica na etapa do Ensino Médio, enquanto as questões do vestibular também exigem conhecimentos dessa etapa.

A regra da homogeneidade foi considerada na análise contemplada, os documentos eram similares, não apresentando grandes diferenças entre si, tendo a mesma forma e funcionalidade. Todos os volumes foram produzidos em São Paulo e são a primeira edição de 2020. Os volumes diferenciam-se pela capa de cada livro, elaboradas por Nelson Arruda, e pelo seu foco temático. A disposição das capas segue o padrão indicado na Imagem 1:

Imagem 1 - Capa do manual do professor referente ao livro *Indivíduo, Natureza e Sociedade*.



Fonte: Imagem capturada pelo autor do presente trabalho com base nos volumes disponíveis no portal da editora AJS<sup>10</sup>.

Todas as capas da coleção possuem um padrão visual semelhante, a cor predominante é roxa. Ao topo da página, encontra-se o título *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio*, escrito em letras brancas sobre um fundo preto, seguido da área *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* em letras amarelas. Ao centro da capa, encontram-se três imagens que variam em cada volume. Essas imagens, geralmente fotografias contemporâneas, não remetem a períodos históricos anteriores à Idade Moderna. Entre as representações visuais, destacam-se cidades atuais, eventos esportivos contemporâneos, manifestações populares contemporâneas, atividades culturais e ambientes naturais. A única ressalva é a imagem que remete a um acontecimento histórico característico: a bomba atômica lançada em 9 de agosto de 1945 em Nagasaki, imagem de autoria de Charles Levy.

<sup>10</sup> Portal de acesso ao volume mencionado: <https://editoraajs.com.br/modulo-individuo-natureza-e-sociedade/>  
Acesso em 20 de jan. de 2024

Logo acima das imagens centrais mencionadas, encontra-se o nome do volume referente a cada livro. Abaixo das imagens estão impressos os nomes dos autores, sendo os mesmos em todos os volumes. Os autores são: Roberto Catelli Júnior, André La Salvia, Ana Paula Gomes Sefarian, Michele Escoura, Paulo Tadeu da Silva e Robson Rocha.

A preparação do material é uma etapa fundamental, pois, conforme Bardin (1977), visa organizar o conteúdo de modo a facilitar sua manipulação analítica. Nesse sentido, o material foi preparado para análise, tendo como ponto de partida a referência de sua organização interna. Os seis volumes contêm as disciplinas de História, Filosofia, Geografia e Sociologia, agora reunidas em uma única área, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seguindo a vertente interdisciplinar, a coleção optou por não estabelecer uma divisão explícita entre as ciências que compõem a grande área.

Os livros da *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)* não possuem recomendação de trabalho em formato bimestral ou anual. Segundo as orientações do manual do professor, os livros podem ser trabalhados em qualquer ordem e bimestre. O manual esclarece: “Deve-se mencionar ainda que não há uma sequência preestabelecida para o uso de cada um dos módulos da coleção. Cabe ao grupo de professores estabelecer quais módulos usar em qual ordem.” (Catelli Jr. *et al.*, Manual do professor *in* *Indivíduo, natureza e sociedade*, 2020, p. 168). O Quadro 2 expressa a organização interna de cada volume.

**Quadro 2** – Divisão dos capítulos por volumes da coleção Módulos para o novo Ensino Médio

<b>Volume</b>	<b>Capítulos</b>
Indivíduo, Natureza e Sociedade	Capítulo 1 – O mundo da ciência e a ciência no mundo Capítulo 2 – Indivíduos, sociedade Capítulo 3 – As paisagens e as sociedades humanas Capítulo 4 – As primeiras sociedades humanas Capítulo 5 – Antropoceno e os limites do capitalismo Capítulo 6 – As sociedades humanas e o meio ambiente
Os tempos e espaços das cidades	Capítulo 1 – Cidades na contemporaneidade: problemas e desafios Capítulo 2 – Do feudo à cidade moderna Capítulo 3 – Indústria e resistência na cidade Capítulo 4 – As cidades latino-americanas Capítulo 5 – Cidades e suas desigualdades Capítulo 6 – A dinâmica urbana
Territórios e fronteiras	Capítulo 1 – Estados e fronteiras Capítulo 2 – Eu e o outro: Imigrantes e refugiados Capítulo 3 – A conquista portuguesa e os povos indígenas Capítulo 4 – A escravidão em diferentes épocas

	Capítulo 5 – Territórios tradicionais: indígenas e quilombolas
	Capítulo 6 – As dinâmicas do território brasileiro
Ética, política e trabalho	Capítulo 1 – Revolução burguesa e ética liberal
	Capítulo 2 – A Revolução Francesa: nobres, burgueses e camponeses em conflito
	Capítulo 3 – Mulheres e trabalho
	Capítulo 4 – Anarquistas e socialistas: o poder dos trabalhadores
	Capítulo 5 – Transformações do mundo do trabalho
	Capítulo 6 – A Era do <i>Big Data</i> : liberdade ou controle da autonomia?
Relações de poder e conflito	Capítulo 1 – Poder político e relações de poder
	Capítulo 2 – Lutas anticolonialistas na América
	Capítulo 3 – Cultura autoritária e resistência popular na História do Brasil
	Capítulo 4 – As guerras mundiais: Nacionalismos e Totalitarismos
	Capítulo 5 – Lutas políticas no Brasil
	Capítulo 6 – Governos militares e a luta pela Democracia
Cultura e diferenças	Capítulo 1 – Natureza e cultura: homogeneidade e diversidade
	Capítulo 2 – Cultura: diferença e resistência
	Capítulo 3 – Afro-brasileiros
	Capítulo 4 – O Brasil amazônico
	Capítulo 5 – Globalização e conflitos contemporâneos
	Capítulo 6 – Metas para um mundo sustentável

Fonte: Tabela elaborada pelo autor do presente trabalho com base no Sumário dos livros didáticos da *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)*.

A estrutura interna de cada volume tem como primeiro item a seção “Apresentação”, que apresenta a visão dos autores sobre a obra e o convite para que os alunos não apenas busquem respostas nos livros, mas construam coletivamente o conhecimento e a capacidade crítica de pensamento. Em seguida, estão presentes outras duas seções: “Conheça sua Obra” que explica a estrutura dos diversos elementos que compõem cada um dos capítulos do livro (serão descritos no parágrafo a seguir deste trabalho); e a penúltima seção é “Entenda a BNCC” que aborda os conceitos de Competências Gerais, Competências Específicas e Habilidades. A última seção antes do início dos capítulos é o “Sumário” com as divisões representadas pelo Quadro 2.

A estrutura dos capítulos após o Sumário é: cada capítulo inicia-se com uma página dupla, a numeração do capítulo em números da cor branca em um fundo laranja está presente no canto superior esquerdo e ao lado dessa numeração está o título do capítulo em letras brancas impressas sobre um fundo roxo. As duas páginas iniciais do capítulo são compostas por uma

imagem de abertura que completa horizontalmente as duas folhas. Ao final da imagem, no canto inferior da segunda página, está sempre presente uma caixa de texto intitulada *O que vamos estudar*, que expressa os pontos principais do capítulo em questão e o eixo central que o guia. A próxima página, após as duas imagens de abertura, sempre é uma seção intitulada *Narrativas*, que, segundo os autores da Coleção Módulos, são textos em formato de depoimentos que trazem a concretude da problematização do capítulo. Sempre após essa seção de *Narrativas*, é apresentado um *Roteiro de Trabalho* composto por perguntas ou instruções para realização de atividades pedagógicas.

Após esses dois elementos de abertura (A imagem em folha dupla e a *Narrativas*) as seções podem variar entre leituras de documentos, canções, textos jornalísticos, poemas, dados estatísticos, imagens, documentos visuais, paisagens, mapas ou diagramas, todos esses elementos são seguidos de um *Roteiro de trabalho*. Além disso, contêm ao longo do capítulo seções com conteúdos teóricos no formato tradicional no qual o assunto é desenvolvido em forma de narrativa. Essas são diferenciadas por um título laranja ou roxo e um pequeno semicírculo à frente de cor oposta e não possuem uma nomenclatura padrão. Os capítulos são preenchidos por seções intituladas *Pesquisa* (propostas de apresentação de roteiros com determinada estratégia de pesquisa), *Ponto de vista* (traz textos de autores que defendem um ponto de vista) e *Pare e Pense* (propostas de questões que permitam refletir sobre o texto), onde as duas primeiras mencionadas são seguidas de um *Roteiro de trabalho*.

Os capítulos finalizam com o seguinte conjunto de elementos: *Releitura*; *Roteiro de Trabalho*; *Ler, Assistir, Navegar*; *Enem*. A *Releitura* é um texto possuidor de uma síntese dos temas abordados ao longo do capítulo. *Ler, Assistir, Navegar* são recomendações de diferentes obras e portais que abordam os temas do capítulo. A seção *ENEM* é uma lista de questões presentes em antigas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que abordam a temática do capítulo. Após o capítulo final do livro, todos os volumes possuem Referências Bibliográficas e uma seção final intitulada “Competências e Habilidades”.

É necessário realizar uma observação inicial que alterou a abordagem da pesquisa. A nomenclatura de cada volume, capítulo e seção dos livros é insuficiente para estabelecer um índice guia para o método de análise do conteúdo presente nos livros didáticos. Isso causou uma impossibilidade da procura dos conteúdos das questões, utilizando como condutores os títulos, capítulos e seções. Foi necessária, portanto, uma análise detalhada do conteúdo de cada capítulo e a criação de uma categorização própria do autor deste trabalho, que será expressada no Capítulo 3. As implicações da nomenclatura pouco usual dos volumes, capítulos e seções serão debatidas na seção final deste trabalho, intitulada Tratamento de resultados.

Para solucionar o problema na formulação de índices para a pesquisa e realizar o trabalho preparatório de escolha e elaboração dos mesmos, tomou-se a decisão de elaborá-los a partir das questões dos vestibulares. Esses índices serão explicados posteriormente no *Capítulo 3: A análise comparativa entre a Coleção Módulos e o Vestibular*. Resumidamente, optou-se por elaborar, a partir das questões do Vestibular, diversos índices temáticos, que indicaram o significado geral da questão. Esses índices servirão como uma forma de guia de investigação da aparição e da frequência da temática nos livros didáticos da coleção *Módulos*. Partindo, portanto, dos índices, que receberam a nomenclatura geral de “Unidades”, realizou-se uma busca minuciosa em cada página dos livros didáticos. A ideia inicial, no entanto, era direta, a partir da Unidade das Questões, realizar-se-ia uma ligação direta com a temática dos capítulos dos livros didáticos fornecidas pelo índice dos seus títulos ou seções. Porém, devido à problemática mencionada, essa opção tornou-se inviável. O formato de análise mencionado nesse parágrafo será descrito com maiores detalhes no próximo capítulo. Sua menção nessa etapa do trabalho deve-se pela recomendação de Bardin (1977) para que os índices e indicadores sejam estabelecidos durante a Pré-análise.

### 3.2 O Processo Seletivo Vestibular da UFMS

Devido ao duplo objeto de análise desta pesquisa, é necessário investigar a estrutura dos elementos presentes no PSV-UFMS, de forma similar à análise feita com o livro didático na seção anterior. Para delimitar a prova que compõe o *corpus* de análise, é preciso examinar os componentes do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS, regulamentados por um documento oficial. Portanto, sua estrutura pode ser apresentada com base nos itens 9, 9.1, 9.2 e 9.3 do Edital de Inscrição Nº 199/2020-PROGRAD/UFMS <sup>11</sup>. Conforme o edital, o processo seletivo é composto por três provas: a prova objetiva, a prova de redação e a prova de habilidades específicas de música. Essa última sendo obrigatória apenas aos candidatos ao Curso de Música-Licenciatura.

A prova objetiva, aplicada a todos os candidatos, é de caráter eliminatório e classificatório, ela consiste em 60 questões objetivas de múltipla escolha. O edital organiza essas questões em quatro áreas de competência: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. Cada área possui uma pontuação máxima de 30 pontos, com cada questão

---

<sup>11</sup> O documento foi obtido pelo portal: ><https://ingresso.ufms.br/publicacao/vestibular/vestibular-ufms-2021-edital-de-inscricao-prograd-no-199-2020/> acessado em 08/06/2024>.

valendo 2 pontos. Cada questões contém um enunciado e cinco alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, com apenas uma alternativa correta. Segundo o Edital, essas questões são elaboradas com uma perspectiva interdisciplinar e envolvem conteúdos referentes à proposta curricular do Ensino Médio. A prova objetiva tem duração de 5 (cinco) horas e ocorre simultaneamente à prova de redação. Esta última, também de caráter eliminatório e classificatório, é avaliada com base nos seguintes critérios: estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo; organização e progressão textual; adequação temática; aspectos de coesão e coerência do texto; e emprego da norma padrão da língua portuguesa.

Considerando o foco desta pesquisa no conteúdo exigido pelas questões, torna-se necessário apresentar o conteúdo programático. No anexo único do Edital de Divulgação, os conteúdos são divididos em cinco seções, identificadas com números romanos (I, II, III, IV e V). As quatro primeiras são as grandes áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias) e a última é destinada à redação. Justificado pelo caráter da pesquisa, foi realizada a decisão de transcrever apenas o conteúdo da IV área de conhecimento, Ciências Humanas e suas Tecnologias. O Quadro 3 apresenta o conteúdo programático do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS 2021).

**Quadro 3** – Conteúdo pragmático da área do conhecido de Ciências Humanas e suas Tecnologias do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS)

Temática	Conteúdo
DIVERSIDADE CULTURAL, CONFLITOS E VIDA EM SOCIEDADE	Cultura material e imaterial, patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A conquista da América. O legado cultural português na constituição da coletividade brasileira. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS, PENSAMENTO POLÍTICO E AÇÃO DO ESTADO	Cidadania e democracia na Antiguidade. Renascimento cultural e as fundações do pensamento político moderno. Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna. Democracia direta, indireta e representativa. Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna. Formação territorial brasileira: as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial. As lutas pela conquista da independência política das colônias da América. Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação. O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX. Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX. A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique; Revolução Chinesa; Revolução Cubana. Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo; a ocupação da Ásia e da África; as Guerras Mundiais; Guerra Fria. Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazifascista; franquismo; salazarismo; stalinismo.

	<p>Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil; ditaduras na América. Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI. A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis; direitos humanos; direitos políticos; direitos sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas. Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades direitos pobreza e segregação espacial. Movimentos sociais no campo e na cidade. Dinâmicas populacionais e movimentos migratórios.</p>
<p>CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS</p>	<p>Diferentes formas de organização da produção e suas diferentes experiências: escravidão antigo; feudalismo; capitalismo; socialismo. Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia. Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo; o toyostimo; as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas. A globalização e as novas tecnologias de comunicação e telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas, sociais, culturais e espaciais. Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.</p>
<p>OS DOMÍNIOS NATURAIS E A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM O AMBIENTE</p>	<p>Relação homem-natureza: a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos, bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática; ilhas de calor; efeito estufa; chuva ácida; a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional: políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais; unidades de conservação; corredores ecológicos; zoneamento ecológico e econômico. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade. Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo: agentes internos e externos modeladores do relevo. Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro. Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.</p>
<p>REPRESENTAÇÃO ESPACIAL</p>	<p>Projeções cartográficas. Leitura de mapas temáticos, físicos e políticos. Tecnologias modernas aplicadas à cartografia.</p>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no conteúdo programático do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS 2021/2022/2023)

Ao analisar a coluna do conteúdo de cada temática, observa-se uma distinção classificatória: as três primeiras temáticas (Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade; Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do estado; Características e transformações das estruturas produtivas) estão próximas do conteúdo de História, enquanto as duas últimas temáticas (Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente; Representação espacial) referem-se à disciplina de Geografia. Portanto, ao analisar as questões do vestibular, o Capítulo 3 deste trabalho organizará cada questão em suas devidas Unidades de Contexto, Temática e de Registro Chave, com o intuito de analisar se os livros didáticos apresentam o conteúdo cobrado pelas questões. Essas unidades mencionadas

representaram uma significação codificada de cada questão que será utilizada para realizar uma comparação direta com os conteúdos expostos no livro didático. Tal processo foi aqui apenas mencionado, mas será definido no Capítulo 3.

### 3.3 Hipótese, objetivos, indicadores e índices

Com a apresentação dos documentos que compõem o *corpus* da análise, conforme sugerido por Bardin (1977), passa-se à formulação de hipóteses e objetivos. O objetivo da pesquisa é: analisar o conteúdo de História dos seis volumes que compõem a coleção *Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) da editora AJS LTDA por meio da comparação com o conteúdo exigido pelas questões de História do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS) de 2021. Em seguida, procede-se à definição da hipótese, processo que Bardin (1977) descreve como “[...] consiste, em muitas vezes, em explicitar e precisar – e, por conseguinte, em dominar – dimensões e direções de análise [...]” (Bardin, 1977, p. 99). Para tanto, é necessário observar a motivação dos autores da coleção, guiados também pelas alterações exigidas na implementação das novas diretrizes do PNL D, com bases no Novo Ensino Médio (Lei 13.415 de 2017) e na BNCC 2018. Todas essas alterações impulsionaram os autores a realizar um:

[...] processo de renovação, na medida em que abandonamos a perspectiva estritamente disciplinar para construir uma proposta pedagógica que tem como foco a área de Ciências Humanas como um campo de conhecimento mais amplo, agora denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (Catelli jr. *et al.*, Manual do professor *in* Indivíduo, natureza e sociedade, 2020, p. 163).

Diante do exposto no trabalho até aqui sobre as alterações impostas nos livros didáticos pelo MEC, BNCC e PNL D, acrescidas do que foi apontado pelos autores do material didático a hipótese da pesquisa é: os livros didáticos da coleção *Módulos* (2020), ao aderirem ao novo formato exigido pelo PNL D 2021, estruturam e reduziram seus conteúdos da disciplina de História ao ponto de não serem capazes de solucionar as questões de História presentes no Processo Seletivo Universitário da UFMS 2021, o que os torna insuficiente no preparo para processos seletivos universitários.

Com o objetivo e a hipótese delineados, a organização dos índices e a elaboração dos indicadores constituem a próxima etapa da Pré-análise. Segundo Bardin (1977, p. 130), o índice é um sistema de análise categorial que permite agrupar informações para facilitar a investigação. Nesse sentido, a pesquisa conta com dois conjuntos de índices: as questões do vestibular e os conteúdos dos livros didáticos. O índice das questões do vestibular possui dez

elementos, representando as dez questões de História, Sociologia e Filosofia do PSV-UFMS, numeradas de 51 a 60, e que serão analisadas no próximo capítulo. Para que o índice das questões adquira sentido, foram definidas unidades conceituais que conectam o significado da mensagem da questão aos dados brutos. Resumidamente, cada elemento do índice de questões será relacionado com uma Unidade Temática e a Unidades de Registro Chave, que representam o significado da mensagem. A título de exemplo, a Questão 54, que será analisada no Capítulo 3, é um dos elementos que compõem o índice das questões do vestibular, enquanto Pré-História e Arte Rupestre são unidades de significado associadas a esse elemento.

Quanto aos índices dos livros didáticos, eles compreendem todos os volumes, capítulos e seções que compõem a *Coleção Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)*, já apresentados neste trabalho. Os volumes são organizados em páginas e seções, cujos títulos foram designados pelos autores do material didático. A análise temática dos textos dos livros didáticos permitirá a correlação entre o conteúdo abordado e as exigências das questões, a fim de localizar os conteúdos exigidos pelas questões. Serão, portanto, esses dois índices (questões do vestibular e conteúdo do livro didático) os elementos correlacionados pela da técnica de análise temática de conteúdo.

A fase final da Pré-análise, estabelecida por Bardin (1977), é a preparação do material. As páginas do vestibular foram referenciadas em cada questão analisada, e seu conteúdo textual foi transcrito integralmente no processo de análise no próximo capítulo, para exposição da análise. Os critérios de seleção também foram definidos posteriormente no trabalho. Com a finalização da Pré-análise, foi possível iniciar a exploração do material.

#### 4. A ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A COLEÇÃO MÓDULOS E O VESTIBULAR

O método de análise de conteúdo realizado aqui seguirá, como mencionado anteriormente, o livro de Bardin (1977). Esta etapa é a segunda de um processo de três fases, iniciado no *Capítulo 2: A pré-análise dos objetos* deste trabalho. A etapa é denominada Exploração do Material e é dedicada à aplicação dos processos e operações de análise do conteúdo, que fornecerão dados a partir dos objetos de estudo.

Um fator essencial para a presente pesquisa é a técnica de análise temática, uma das ferramentas da análise de conteúdo descrita por Bardin (1977). A escolha dessa técnica é devido a sua capacidade de, durante os processos e operações de exploração do material, identificar e organizar temas ou categorias que fornecem os principais aspectos de sentido de um texto. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para investigar comunicações, são comumente aplicadas no campo da linguística, mesmo que possam ser utilizadas em outros tipos de comunicação. Para Bardin, “Em, última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p. 39). O campo linguístico no qual a pesquisa se desenvolve possui dois critérios de sistematização da comunicação: a natureza do código a ser analisado e o número de pessoas envolvidas na comunicação. O código ou suporte é o linguístico escrito, devido à natureza dos objetos de análise, isto é, o meio no qual as comunicações são realizadas em ambos os objetos (questões e livros didáticos) é o texto escrito na língua portuguesa. Com relação ao número de pessoas envolvidas, a comunicação é dual, ocorre entre um único emissor (a questão que exige uma solução ou o livro didático que apresenta a narrativa) e um único receptor (a pessoa que resolve a questão ou o aluno que lê o livro didático).

Para realizar a análise temática, é preciso efetuar uma desconstrução dos textos e documentos que serão analisados com o intuito de formar um inventário de categorização. Esse processo exige a segmentação da comunicação em elementos menores, respeitando determinadas regras de fragmentação antes de serem decompostos e analisados. As regras são: Regra da exaustividade, Regra da representatividade; Regra da Homogeneidade; e Regra da Pertinência (Bardin, 1977, p. 126). Estas regras já foram aplicadas nos dois documentos analisados, os livros didáticos e as questões universitárias, durante o *Capítulo 2: A pré-análise dos objetos*.

Assim, é possível iniciar o processo de decomposição do documento analisado, partindo do documento completo e segmentando-o até alcançar os elementos menores da

análise. Esta etapa será realizada em dois momentos: inicialmente, é decomposto o PSV-UFMS 2021 até alcançar as questões; em seguida, são analisadas as questões, onde os elementos que as compõem serão decompostos em palavras isoladas. A prova contém sessenta questões de múltipla escolha com cinco alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, além de uma redação. As questões que compõem o objeto de análise, isto é, as que pertencem à seção de Ciências Humanas e suas Tecnologias, estão localizadas entre as questões 46 e 60, totalizando um total de 15. A seção de Ciências Humanas começa na página 18 do PSV-UFMS 2021. Deve-se destacar que, devido ao caráter de interdisciplinaridade das disciplinas que compõem as Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia), as 15 questões não são destinadas exclusivamente à disciplina História. Este aspecto é reforçado pelo gabarito oficial, que indica as questões de número 46 a 50 como exclusivas da disciplina de Geografia, enquanto as de número 51 a 60 abrangem Filosofia, História e Sociologia, sem distinção clara entre as três áreas no gabarito. Ao decorrer deste capítulo, serão analisadas as de número 51 a 60 do PSV - UFMS 2021. Embora todas as últimas 10 questões possam ser consideradas como de História, uma análise minuciosa de cada enunciado permite distinguir quais se aproximam mais de conteúdos relacionados à disciplina de História do que dos outros dois campos.

A análise de cada questão começará com a transcrição do enunciado, acompanhada da numeração, do nome do processo seletivo, universidade, ano da edição e página em que a questão se encontra. Em seguida, será apresentado o gabarito oficial, conforme a banca organizadora da FAPEC e o Edital de Divulgação Nº 44/2021-PROGRAD/UFMS, que torna público a divulgação do gabarito definitivo das provas objetivas. Em seguida estarão presentes subseções que contêm as operações do autor do trabalho conforme a metodologia de Bardin (1977). A subseção *Os núcleos de sentido da questão*, utilizará das técnicas de análise temática para localizar unidades de significado capazes de expressar o sentido geral presente na questão do PSV-UFMS. Esta fornecerá por meio da decomposição textual e a elaboração do inventário de categorização a Unidade de Contexto (UC), a Unidade de Temática (UT) e as Unidades de Registro Chave (URC). Em seguida, a segunda subseção, intitulada *Análise de conteúdo no livro didático*, verificará se as Unidades (Contexto, Temática, Registro) identificadas na questão estão presentes nos livros didáticos. A possibilidade de resolução da questão utilizando as informações encontradas será explorada na última subseção, intitulada *Classificação da questão*, onde a *Coleção Módulos (2020)* estará classificada com base na capacidade de fornecer a resposta utilizando o conteúdo disponibilizado em suas páginas.

Segundo Bardin (1977, p. 133), o processo de codificação é a transformação de dados brutos em representações sucintas do seu conteúdo. Para alcançar tais representações, é

realizada uma segmentação dos elementos da questão, originando as Unidades. A Unidade de contexto é a unidade mais ampla, ela deve fornecer o contexto para compreender as Unidades de Registro que correspondem à sua dimensão, garantindo a significação das outras unidades. O tamanho e a dimensão da Unidade de Contexto dependem do custo e pertinência, fatores que, uma vez estabelecidos, garantem, segundo Bardin (1977), uma dimensão ideal. Nesta pesquisa, as Unidades de Contexto são duas: História do Brasil e História Geral. Elas abrangem cada questão do PSV-UFMS analisada. A funcionalidade dessa unidade é facilitar a compreensão dos limites das unidades menores. Em geral, isso assegura que todas as questões representam uma comunicação a respeito de conteúdos históricos, garantindo o princípio da homogeneidade, ou seja, que todas as questões explorem conceitos específicos das disciplinas de História. A Unidade de Contexto também permite diferenciar as questões de Sociologia, Filosofia e História. O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2021) será utilizado para alocar os conteúdos não pertencentes a disciplina de História em seus respectivos objetos de conhecimento presentes em cada Componente Curricular das disciplinas. Essa operação será informada na subseção “Classificação da Questão” nas análises das questões.

Um recorte intermediário, a Unidade Temática, também é realizado na elaboração do inventário para garantir que cada questão receba um tema conforme seu período e tempo histórico, permitindo que as palavras do fragmento textual sejam interpretadas em uma temática histórica específica, evitando ambiguidades e anacronismos. A Unidade Temática é geralmente concedida pelo próprio enunciado da questão, quando esse menciona expressões da periodização clássica da história (Pré-história, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea). Em alguns casos, temporalidades específicas, como “Brasil Colonial” ou “Revolução Francesa,” predominam sobre a periodização clássica, pois o tempo histórico dessas expressões são referentes a contextos com características tão específicas que apenas a menção dessas nomenclaturas já estabelece a temática da questão. Esse aspecto da Unidade Temática é fundamental, pois:

Fazer uma análise temática consiste em descobrir “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (Bardin, 1977, p. 133).

A classificação desse núcleo de sentido é o que permitirá buscar tais temas nos livros didáticos. Além da Unidade Temática, optou-se por incluir uma terceira: a Unidade de Registro Chave. As Unidades de Registro Chave são o menor elemento do segmento, que corresponde a palavras-chave ou expressões do texto da questão. Isto é, na presente pesquisa as Unidades de Registro Chave são sempre palavras ou expressões retiradas *ipsis litteris* dos enunciados das

questões, ou do gabarito. Sozinhas, essas palavras podem não expressar toda a informação, mas, em conjunto, fornecem um sentido. Sendo assim, nesta pesquisa as questões terão uma Unidade de Contexto (História do Brasil ou História Geral), uma Unidade Temática (variadas entre periodização clássica e periodização local) e Unidades de Registro Chave (palavras-chave).

A Unidade de Registro Chave (URC) poderia ser confundida com qualquer outra palavra do texto, no entanto, aquelas escolhidas como URC devem respeitar um critério de importância fundamental, que as diferencia das outras, esse é a relevância. O critério de relevância está ligado à sua relevância como conceito histórico. Como exemplo, considere as Unidades de Registro Chave “ação militar violenta” e “disseminação de doenças” da Questão 53 (Quadro 3 na página 41). As palavras iniciais da questão, como “Leia”, “atentamente”, “o”, “texto”, “a” e “seguir”, não são classificadas como URCs, pois, embora sejam relevantes na composição do texto, possuem baixa relevância como conceitos históricos. Mas, mesmo que as URC “ação militar violenta” e “disseminação de doenças” possuam alta relevância histórica, somente as duas juntas podem não fornecer muitas informações, mas ao reunir outras duas, como “Povos originários” e “Conquista da América”, cria-se um contexto, que ao serem relacionadas com uma Unidade Temática e uma Unidade de Contexto garantem o núcleo de sentido total da questão. As URCs mais relevantes para o gabarito e compreensão da questão recebem a nomenclatura adicional de Unidade de Registro Chave indispensável.

As classificações por categorias são cruciais para a análise da presença ou ausência dos conteúdos nos livros didáticos e correspondem à última subseção da análise de cada questão, denominada *Classificação da questão*. A busca por conteúdos na coleção *Módulos* (2020) utilizará as unidades estabelecidas nas outras subseções como guias de busca que auxiliarão na classificação do conteúdo presente no material didático. Essa “classificação” é definida por Bardin (1977) como a etapa de categorização. A pesquisa possui cinco conjuntos de categorias: “Presente – Capaz de solução”, “Incompleto – Parcialmente capaz de solução”, “Incompleto – Impossibilidade de solução”, “Não consta – Impossibilidade de solução” e “Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina”. Seguindo a metodologia estabelecida por Bardin (1977, p. 148), o conjunto de categorias precisa respeitar as cinco qualidades, sendo elas: a exclusão mútua; a homogeneidade; a pertinência; a objetividade e a fidelidade; a produtividade.

As categorizações estabelecidas pelo pesquisador serão verificadas nos próximos parágrafos para assegurar que respeitam as qualidades definidas por Bardin (1977). A exclusão mútua é respeitada, ou seja, nenhum elemento pode ser categorizado simultaneamente como “Presente – Capaz de solução” e “Incompleto – Impossibilidade de solução”, dado o caráter

excludente em relação à presença do conteúdo no livro didático, à ausência, à suficiência ou à insuficiência.

A homogeneidade é mantida, pois todos os elementos classificados como pertencentes à mesma categoria compartilharam de um único princípio que os governa. Por exemplo, todas as questões categorizadas como “Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina” compartilharam do princípio de pertencerem a outra disciplina e não à de história.

A objetividade é um princípio de suma importância por garantir que os resultados da presente pesquisa sejam replicáveis em estudos comparativos. Ou seja, caso uma questão seja categorizada como “Não consta – Impossibilidade de solução”, todas as pesquisas realizadas com o mesmo material didático e a mesma questão devem obter o mesmo resultado. Para que isso seja alcançado, a autora salienta que: “O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria” (Bardin, 1977, p. 150). Devido a essa característica de alta importância, as questões analisadas incluem as subdivisões “*Os núcleos de sentido da questão*” e “*Análise de conteúdo no livro didático*”, nas quais serão detalhados os índices que determinam a categorização de cada questão.

Por fim, a qualidade da produtividade indica a informação de que o conjunto de categorização realmente alcançou algum resultado. Ou seja, se a formulação daquela categoria revelou informações úteis, essa característica será confirmada na seção *Tratamento dos resultados* do atual trabalho. Ao final das análises, uma tabela e um gráfico de categorização forneceram o agrupamento dos dados obtidos por meio dos processos de investigação.

A seguir, será apresentada a análise das 10 (dez) questões do Processo Seletivo Vestibular (PSV) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) do ano de 2021. O autor do presente trabalho, seguindo a metodologia de Bardin (1977), toma como polo de análise categórica temática a mensagem indagativa de cada questão. Após a elaboração das Unidades dessas questões, busca-se uma correlação com o livro didático que atenda à indagação inicial do PSV-UFMS.

- Questão 51

#### Quadro 4 – Questão 51 e gabarito

51. (PSV-UFMS, 2021, P. 18) “Leia com atenção o trecho do romance Helena, de Machado de Assis. “No dia seguinte fez-se o enterro, que foi um dos mais concorridos que ainda viram os moradores do Andaraí. Cerca de duzentas pessoas acompanharam o finado até a morada última, achando-se representadas entre elas as primeiras classes da sociedade. O conselheiro, posto não figurasse em nenhum grande cargo do Estado, ocupava

elevado lugar na sociedade, pelas relações adquiridas, cabedais, educação e tradições de família. Seu pai fora magistrado no tempo colonial, e figura de certa influência na corte do último vice-rei. Pelo lado materno descendia de uma das mais distintas famílias paulistas. Ele próprio exercera dois empregos, havendo-se com habilidade e decoro, do que lhe adveio a carta de conselho e a estima dos homens públicos.”

O fragmento narra a morte do Conselheiro Vale em abril de 1859. É possível perceber aspectos relacionados à História do Brasil remanescentes do período colonial, mas que permaneceram, ainda, durante o período imperial. Assinale a alternativa correta que apresenta esses aspectos.

Gabarito: B) A manutenção da estrutura social ligada à administração da colônia portuguesa, que diminuía todas as possibilidades de mobilidade social, perceptível por meio da longevidade das relações de poder que, mesmo após a independência do Brasil, ainda eram perceptíveis mesmo em meados do século XIX.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

#### a) Os núcleos de sentido da questão

A primeira análise das questões será mais detalhada, por ser essencial explicar com clareza os processos de pensamento e as abordagens do autor da pesquisa. No entanto, nas questões seguintes, as etapas da análise e os resultados serão apresentados de forma mais direta, sem detalhamentos sobre cada etapa; esses serão descritos apenas nesta primeira execução. Além disso, nem todas as tentativas de abordagem serão descritas em cada questão. Por exemplo, as investigações infrutíferas das Unidades de Registro Chave, que geraram resultados relevantes para análise, não serão discutidas nas questões seguintes. Sendo assim, para realizar o método de análise temática do conteúdo, segundo Bardin (1977), será sempre necessário primeiro o entendimento semântico da questão, etapa presente em todas as análises.

Esse processo começa decompondo os elementos que compõem a mensagem das questões. Em específico a Questão 51 possui três elementos: I) Texto base: trecho do romance Helena (Machado de Assis); II) Enunciado/Comando: Indagação a respeito dos aspectos de permanência durante a transição da América Portuguesa (Brasil Colonial) para o Brasil Império; III) Gabarito: A resposta exige conhecimentos relacionados à estrutura social, mobilidade social e as relações de poder durante o período citado (pré e pós-Independência).

Cada questão terá elementos de composição variados, tanto em tipo quanto em número. Neste caso, são três elementos que compõem a questão 51 expostos na sentença anterior, obtidos a partir de recortes de palavras-chave e palavras-tema presentes na mensagem da questão. Em todas as análises, essas palavras serão retiradas *ipsis litteris* dos textos presentes nos elementos que compõem a questão (No caso da questão 51, os elementos são: I) Texto Base, II) Enunciado/Comando e III) Gabarito) e devem possuir a maior relevância histórica da mensagem. As palavras extraídas da decomposição do texto serão transformadas em Unidades

de Registro Chave pela técnica de análise de conteúdo. Na questão 51, essas Unidades de Registro Chave (URC) são: História do Brasil; período colonial; período imperial; Helena; estrutura social; administração da colônia; mobilidade social; relações de poder.

Para classificar a questão pelo método de análise temática, é necessário correlacionar os fragmentos de ordem semântica obtidos com os conteúdos presentes nos livros didáticos. Na técnica de análise de conteúdo, essa correlação deve respeitar o significado da informação codificada nas Unidades de Registro Chave, elaboradas a partir das palavras-chave e palavras-tema encontradas na mensagem da questão. Essas unidades serão utilizadas para localizar representações de sentidos semelhantes no livro didático. Esse processo de busca por correlação varia entre as análises de cada questão, guiada por dois critérios: o significado do conteúdo da mensagem e as Unidades de Registro Chave que guiam a busca. No caso da questão 51, a correlação dos núcleos de sentido obtidos das Unidades de Registro Chave com a mensagem da questão infere que o significado do conteúdo codificado na questão (texto base + enunciado + gabarito) é: a estrutura social e as relações de poder são aspectos que permanecem durante a transição da América Portuguesa para o Brasil imperial, restringindo as possibilidades de mobilidade social daqueles que não possuem ligação com a administração da colônia portuguesa.

Assim, o entendimento semântico da questão está concluído: a Unidade de Temática que carrega o sentido da questão é o Brasil Império (unidade retirada diretamente do enunciado e que expressa a necessidade de compreender as estruturas do Brasil Imperial para o entendimento do período) e a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é a Mobilidade Social (unidade retirada diretamente do gabarito e que expressa a necessidade de entendimento das possibilidades e limitações de mobilidade social durante o Brasil Imperial para alcançar a resolução da questão). A partir das temáticas das duas Unidades anteriores, a Unidade de Contexto é História do Brasil (inferida pela relação entre a Unidade Temática Brasil Imperial e a Unidade de Registro Chave indispensável Mobilidade Social durante o Brasil Imperial).

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

Em todas as análises futuras, esta seção é dedicada à busca no livro didático por conteúdos que apresentem correlação semântica, obtida pela exploração realizada na seção anterior. A primeira tentativa de correlação com a Questão 51 foi realizada com a Unidade de Registro Chave Helena, considerando toda a carga de significado e a relação que essa possui com as outras Unidades de Registro Chave, Unidade de Contexto e Unidade Temática. Em uma

abordagem específica da coleção, ela poderia trabalhar o mesmo romance e apresentar os aspectos essenciais das Unidades de Registro Chave, como a administração da colônia e a mobilidade social, fornecendo capital cultural para a resolução da questão. No entanto, nenhum volume da coleção menciona a palavra-chave Helena, confirmando a ausência desse romance nos livros didáticos. Diante disso, o pesquisador optou por uma busca mais abrangente, investigando o conteúdo sobre Brasil Colonial e Brasil Império, utilizando a Unidade Temática como base para a busca.

Devido à nova estrutura presente na coleção, conforme discutido no Capítulo 2, os livros didáticos não estão divididos em temporalidades históricas e não dedicam seções específicas para períodos históricos como o Brasil Colonial e o Brasil Império. Conseqüentemente, é necessário buscar em capítulos que abordam transversalmente essas duas temporalidades e que tenham como foco a estrutura social, com ênfase nos aspectos de mobilidade social e relações de poder. A busca pela Unidade Temática foi substituída pela busca por Unidades de Registro. Esse processo, porém, é trabalhoso, pois atingir a precisão desejada na busca exige ajustes cuidadosos. Pois, ora, a Unidade de Registro é ampla demais e não fornece indícios do significado que se deseja alcançar, ora é excessivamente específica e exige um trabalho de análise de todo o entorno de cada ocorrência da unidade. Ao realizar a leitura precisa e aprofundada dos volumes, foram identificadas diversas utilizações das Unidades de Registro. Contudo, uma análise minuciosa do contexto que, na maioria dos casos, as Unidades de Registro Chave mobilidade social, relações de poder e administração da colônia não foram empregadas em contextos compatíveis com o núcleo de sentido da questão. Ainda assim, é possível encontrar certas aproximações, no qual o livro didático perpassa assuntos próximos do exigido pela questão.

Duas buscas produziram resultados que o significado e o contexto foram satisfatoriamente relacionados entre as Unidades de Registro Chave e o livro didático. A primeira foi a busca semântica pela Unidade de Registro Chave estrutura social, que levou à identificação parcialmente compatível de significado nos textos do livro *Território e fronteiras* (Catelli Jr. et al., 2020, p. 93 e 95) presente em dois subitens, *A escravidão africana no Brasil* e *A desagregação do sistema escravista*, respectivamente. Embora não mencionem explicitamente a Unidade Temática Brasil Império, os textos utilizam a expressão América Portuguesa e delimitam a escravidão até 1888. Assim, mesmo que a Unidade Temática não tenha sido usada, implicitamente ela está presente no período mencionado. As seções mencionadas abordam narrativas sobre a estrutura da sociedade por meio da exposição das características do sistema escravista brasileiro, relatando a sociedade bastante hierarquizada

(termos que se relacionam conceitualmente com a Unidade de Registro Chave relações de poder).

A segunda busca bem-sucedida utilizou a Unidade de Registro Chave período colonial, que encontrou significado compatível no livro *Relações de poder e conflito* (Catelli Jr. et al., 2020), no subitem *As raízes do poder no Brasil* da página 17. A presença da Unidade de Registro Chave na página 17 é acompanhada de uma abordagem específica das estruturas de poder político (termo conceitualmente relacionado à Unidade de Registro Chave relações de poder) no Brasil colonial e imperial. Esse trecho do livro didático utiliza de citações de Sérgio Buarque de Holanda para salientar que a elite brasileira se consolidou por meio do sistema escravista e está associada ao paternalismo, no qual a seleção de indivíduos para cargos administrativos dependia de relações familiares e de amizade.

#### c) Classificação da questão

Em suma, o livro aborda transversalmente o período Brasil colonial e o início do império (essa última sendo Unidade de Temática que norteia a busca), apresenta a estrutura social e as relações de poder da época (As únicas duas Unidades de Registro Chave que obtiveram correlação de significado e contexto entre a questão e os livros didáticos) e define a sociedade brasileira como hierarquizada e paternalista. Contudo, a coleção em nenhum momento expressa a possibilidade, ou não, de mobilidade social tanto de negros quanto de brancos, tornando-se implícito que, devido à hierarquização, tal feito seria algo incomum. A análise expõe o foco dos livros didáticos sobre o sistema escravista e a estrutura social derivada dessa estrutura, portanto, o material não aborda especificamente as possibilidades de mobilidade social no período contemplado pela questão do PSV-UFMS. Mediante o exposto, a relação entre a questão 51 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Incompleto – Parcialmente capaz de solução”, devido à falta de abordagem direta sobre a mobilidade social do período colonial e imperial brasileiro, essa sendo a Unidade de Registro Chave de maior significância para a questão.

#### • Questão 52

#### Quadro 5 – Questão 52 e gabarito

52. (PSV-UFMS, 2021, P. 19) “Sobre o processo de independência da América espanhola, é correto afirmar que:
---

Gabarito: C) Tupac Amaru II foi um líder revolucionário do Peru que, apesar de ser proprietário de terras e considerado como herdeiro do império Inca, lutou contra a opressão espanhola ainda no século XVIII, atuando ao lado da elite criolla pela emancipação da região e pelo fim dos massacres de nativos.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Conforme estabelecido, o método de análise temática do conteúdo inicia-se com o entendimento semântico da questão. Para isso, é necessário decompor os elementos que constituem a mensagem da Questão 52 em duas partes: I) Enunciado/Comando: Indagação a respeito da América Espanhola; II) Gabarito: A resposta exige conhecimentos relacionados a Tupac Amaru II, à opressão espanhola no Peru durante o século XVIII, ao Império Inca, ao processo de emancipação da região e aos massacres de nativos. Esses dois elementos são a base para a extração das palavras-chave da Questão 52, que são transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): independência; América Espanhola; Tupac Amaru II; Peru; Império Inca; opressão espanhola; século XVIII; emancipação da região; massacres de nativos.

A análise conjunta das Unidades de Registro Chave permite inferir que o significado do conteúdo da mensagem presente na codificação do texto (enunciado + gabarito) é: os eventos que antecederam a independência do Peru e as contribuições de Tupac Amaru II para a emancipação da região contra a opressão espanhola sobre os nativos no século XVIII. Diante do exposto, o entendimento semântico da questão está concluído. A Unidade Temática que sintetiza o sentido da questão é América espanhola (unidade presente no enunciado que expressa a necessidade de conhecimento sobre o processo de independência da América espanhola); a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é Tupac Amaru II (unidade presente no gabarito que expressa a importância de compreender a atuação de Tupac Amaru II na resistência à opressão espanhola no século XVIII); a Unidade de Contexto é História Geral.

b) Análise de conteúdo no livro didático

Nenhuma das buscas realizadas utilizando as Unidades (Contexto, Tema e Chave) revelou correlação de significado e o contexto entre a Questão 52 e o conteúdo do livro didático. A primeira busca, utilizando a Unidade de Registro Chave Tupac Amaru II, não obteve resultados, ou seja, Tupac Amaru II não é mencionado em nenhum volume da coleção. A segunda busca, com a Unidade de Registro Chave Império Inca, associada contextualmente às

Unidades emancipação da região, independência e opressão espanhola, também não encontrou textos correlatos. Foi então necessário ampliar a busca com a Unidade Temática América Espanhola correlacionada com as Unidades de Registro Chave Peru e Independência. Obteve correlação parcial no livro *Relações de poder e conflito*, no capítulo 2 *Lutas Anticolonialistas na América*, no subitem *O caminho da independência na Venezuela, em Nova Granada, Alto Peru e Rio da Prata*, da página 43. No entanto, apesar de mencionar as ações de José de San Martín e Simón Bolívar na libertação do Vice-Reinado do Peru e da América Latina, o texto não aborda especificamente os movimentos indígenas e as manifestações contra a dominação colonial que aconteceram no século XVIII liderados por Tupac Amaru II. Além disso, não apresenta uma discussão específica sobre o processo de independência do Peru.

#### c) Classificação da questão

Dessa forma, a relação entre a questão 52 e o conteúdo do livro didático foi classificada como “Não Consta – Impossibilidade de Solução”, em razão da ausência de uma abordagem direta dos movimentos indígenas de Tupac Amaru II (a Unidade de Registro Chave mais significância para a questão) e da falta de abordagem específica sobre o processo de independência do Peru.

#### • Questão 53

#### Quadro 6 – Questão 53 e gabarito

54. (PSV-UFMS, 2021, P. 19) “Leia atentamente o texto a seguir.

“Em vinte anos, desde o desembarque de Colombo, a população dessa ilha densamente habitada havia sido quase varrida pela guerra, pelas doenças, pelos maus tratos e pelo trauma resultante dos esforços dos invasores para obriga-la a aceitar modos de vida e comportamento totalmente desvinculados de sua experiencia anterior.”

BETHELL, Leslie. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 1998. p. 153.

O excerto indica que a conquista da América pelos espanhóis foi marcada pela:

Gabarito: C) ação militar violenta, disseminação de doenças entre os nativos e imposição de hábitos espirituais e ideológicos.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

#### a) Os núcleos de sentido da questão

Decomposição dos elementos que constituem a mensagem da Questão 53 em três partes: I) Texto base: trecho do texto de Leslie Bethell sobre América Latina Colonial; II) Enunciado/Comando: indagação a respeito da conquista da América pelos espanhóis; III) Gabarito: exige conhecimento acerca da agressão militar, disseminação de doenças, imposição

cultural e religiosa dos espanhóis sobre os nativos do continente americano. A partir desses elementos, extraem-se as palavras-chave essenciais da Questão 53, que são transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): Leslie Bethell; Colombo; América Latina colonial; conquista da América; espanhóis; nativos; ação militar violenta; disseminação de doenças; imposição de hábitos espirituais e ideológicos.

A análise conjunta das Unidades de Registro Chave permite inferir que o núcleo de sentido presente na mensagem do texto (enunciado + gabarito) é: a conquista da América pelos espanhóis, iniciada com a chegada de Cristóvão Colombo, desencadeou um longo processo de domínio espanhol sobre os nativos por meio de imposição cultural e religiosa, ações militares e disseminação de doenças. Diante do exposto, o entendimento semântico da questão está concluído. A Unidade Temática que sintetiza o sentido da questão é América Espanhola (unidade retirada diretamente do enunciado, que expressa a necessidade do conhecimento sobre conquista da América pelos espanhóis) a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é conquista da América (unidade retirada diretamente do enunciado, que expressa a necessidade compreensão das ações dos espanhóis sobre os nativos no processo de conquista); e a Unidade de Contexto é História Geral.

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

A busca pela Unidade de Registro Chave Leslie Bethell não resultou em correlação, pois o livro didático não utiliza essa obra como referência. Uma busca abrangente pela Unidade Temática Conquista da América obteve correlação, a presença da expressão parece uma única vez, com significado e contexto semelhantes, em uma tabela intitulada *Conquistas europeias* na página 58 do livro *Território e Fronteiras*. No entanto, a caixa de texto apenas menciona que “Viagens portuguesas e espanholas pelos oceanos Atlântico e Índico ampliam o contato europeu com outros povos e abrem o caminho para a *conquista da América*” (Catelli Jr. *et al.*, *Território e Fronteiras*, 2020, P. 58, *grifo nosso*), o que seria insuficiente para abordar a questão. A busca continuou utilizando-se do significado do conteúdo da mensagem contida nas Unidades de Registro Chave espanhóis, nativos, Colombo, conquista da América, ação militar violenta. Correlações foram encontradas no mesmo livro, especificamente no capítulo 3, intitulado *A conquista portuguesa e os povos indígenas*.

Nesse capítulo, o subitem *A expansão marítima europeia* na página 62, aborda a conquista da América em sentido amplo. O livro utiliza os termos “colonizar” e “tomar posse”, mas a palavra “conquista” só é associada a território brasileiro. A seção informa que o território americano passou a ser posse de portugueses e espanhóis, acrescentando pontos sobre o

processo de imposição colonial aos povos originários. Na mesma página, os autores definem a colonização (correlação com a URC conquista da América) como um choque cultural, acompanhado de inúmeros conflitos e guerras (correlação com a URC ação militar violenta). Afirma que os costumes e valores dos habitantes foram proibidos e que os valores cristãos foram impostos aos povos originários (correlação com a URC imposição de hábitos espirituais e ideológicos) acrescentando que colonizar teve o mesmo sentido de conquistar, dominar e exterminar os indígenas. Não menciona a Unidade de Registro Chave disseminação de doenças, e o livro não emprega nenhuma expressão que permita uma correlação direta com essa temática.

### c) Classificação da questão

A coleção não dedica nenhuma seção específica ao processo de colonização da América pelos espanhóis nem acrescenta informações sobre a disseminação de doenças. Contudo, o livro didático citado aborda de maneira sucinta e direta, em um texto de duas páginas (62 e 63), a noção geral da conquista espanhola por meio da ação militar violenta e da imposição de hábitos espirituais e ideológicos aos nativos. Com base nos elementos expostos, a relação entre a questão 53 e o conteúdo do livro didático foi classificada como “Presente – Capaz de Solução.”

#### • Questão 54

### Quadro 7 – Questão 54 e gabarito

54. (PSV-UFMS, 2021, P. 20) “O cartum a seguir faz referência a uma possível cena do cotidiano de uma família da pré-história. O que passa a produzir sentido nessa forma de comunicação e o contexto em que a cena e registrada séculos depois. Acerca do teor humorístico e da mensagem relacionada ao estudo do passado contido no cartum, é correto afirmar que:



Gabarito: C) a arte rupestre deve ser interpretada como uma forma de reconhecer o passado, por meio da cultura material, percebendo aspectos da vida dos seres humanos pelos registros de cenas do cotidiano ou de menções a rituais que faziam parte do imaginário dos seres humanos que viveram em períodos anteriores ao surgimento da escrita.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 54, obtém-se três partes: I) Enunciado/Comando: indagação sobre qual a mensagem que o cartum transmite em relação às revelações que o estudo do passado pode expor sobre o cotidiano familiar no contexto da pré-história. ; II) Cartum (gênero textual de linguagem híbrida): a família fictícia da pré-história considerava a ação de “pintar as paredes”, classificada atualmente como arte rupestre, como um ato de pouco valor para a tribo em comparação com habilidades em batalha, no entanto, as descobertas arqueológicas posteriores consideraram os “desenhos” como achados inestimáveis; III) Gabarito: a resposta exige o entendimento de conceitos arqueológicos, especificamente a compreensão de que o estudo da cultura material em formato de arte rupestre, criada a partir do imaginário e cotidiano dos hominídeos agrafos, é uma forma de entender o passado. A partir desses elementos da questão foram extraídas as palavras-chave e palavras-tema presentes na mensagem, constituindo as Unidades de Registro Chave (URC): pré-história;

estudo do passado; seres humanos; cotidiano de uma família; arte rupestre; cultura material; reconhecer o passado; períodos anteriores ao surgimento da escrita.

Ao analisar conjuntamente as Unidades de Registro Chave, é possível inferir que o núcleo de sentido da mensagem presente na codificação do texto (enunciado + cartum + gabarito) é: o estudo da arte rupestre criada por seres humanos em períodos anteriores ao surgimento da escrita é uma forma de estudar o passado, considerando que a cultura material pode representar aspectos do cotidiano das famílias no período da pré-história. Diante do exposto, o entendimento semântico da questão está concluído. A Unidade Temática que carrega o sentido da questão é Pré-história (unidade retirada diretamente do enunciado, indicando a necessidade de conhecer o período anterior ao surgimento da escrita); a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é Arte rupestre (unidade extraída do gabarito, expressa a importância de entender a arte rupestre como parte da cultura material humana, reveladora da vida de civilizações anteriores à escrita); a Unidade de Contexto é História Geral.

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

Apenas uma busca por correlação resultou em uma conexão onde o significado e o contexto foram parcialmente relacionados entre as unidades (contexto, tema, chave) da questão 54 e o livro didático. A busca utilizando a Unidade de Registro Chave cultura material encontrou correlação contextual no livro *Indivíduo, Natureza e Sociedade*, no capítulo 4, intitulado *As primeiras sociedades humanas*, que contém o subitem *A cultura material*, na página 83. Nesse trecho, foi dedicada uma seção específica ao conceito de cultura material, em um capítulo específico sobre a Pré-História. Na página 80, antes da seção sobre cultura material, há uma descrição do trabalho arqueológico e um parágrafo dedicado à problematização do uso do conceito de Pré-História, outra URC. Nessa última página mencionada o livro didático aborda que, mesmo sem registros escritos, os grupos humanos conseguem fornecer vestígios que permitem entender aspectos do seu modo de vida (união contextual das URC estudo do passado, cultura material, cotidiano de uma família e períodos anteriores ao surgimento da escrita). Os volumes da coleção, no entanto, não mencionam o termo arte rupestre. Embora traga a imagem de uma arte rupestre em uma caixa ao final do texto da página 83, a legenda a descreve apenas como uma “pintura em caverna”, sem a classificar como cultura material ou defini-la especificamente como arte rupestre.

#### c) Classificação da questão

Portanto, o livro didático aborda que a arqueologia é uma ciência capaz de estudar e interpretar vestígios materiais humanos de diversos tipos de agrupamentos e define o conceito de cultura material. Ademais, também apresenta a problematização acerca do conceito de pré-história. Porém, o livro não aborda especificamente o termo arte rupestre (Unidade de Registro Chave indispensável) nem o classifica como cultura material. Devido aos fatores expostos, a relação entre a questão 54 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Incompleto – Parcialmente capaz de solução”.

• Questão 55

**Quadro 8 – Questão 55 e gabarito**

55. (PSV-UFMS, 2021, P. 20) “A partir da segunda metade do século XIX, parte da sociedade portuguesa passou a repudiar o comércio e a mão de obra utilizados pela elite brasileira. Acerca dessa questão assinale a alternativa correta.

Gabarito: C) Fundamentada na questão abolicionista, que já existia no Brasil desde a década de 1830, quando a Inglaterra aboliu a escravidão de suas colônias, a sociedade portuguesa passou a contestar o tráfico de escravos fortemente influenciada pelos ideais liberais, mas também como questionamento à aristocracia brasileira, que ainda mantinha escravos africanos como força de trabalho em pleno século XIX.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 55, obtém-se duas partes: I) Enunciado/Comando: indagação a respeito da opinião de parte da sociedade portuguesa a acerca do comércio e da utilização de mão de obra pela elite brasileira na segunda metade do século XIX; II) Gabarito: a resposta exige conhecimentos sobre a questão abolicionista, o tráfico de escravizados, a influência da Inglaterra e dos ideais liberais a partir de 1830 na estrutura de poder brasileira, considerando a relação entre a sociedade portuguesa e a aristocracia brasileira. Esses dois elementos fornecem as bases para a extração das palavras-chave da Questão 55, que são transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): século XIX; sociedade portuguesa; mão de obra; elite brasileira; questão abolicionista; Inglaterra; tráfico de escravos; ideais liberais; questionamento à aristocracia brasileira; escravidão; escravos africanos; força de trabalho.

A análise conjunta das Unidades de Registro Chave permite inferir que o núcleo de sentido presente na mensagem do texto (enunciado + gabarito) é: a questão aborda a sociedade escravocrata do império brasileiro na segunda metade do século XIX e as discussões em torno

da abolição da escravatura. São necessários também conhecimentos acerca das influências inglesas e dos ideais liberais do século XIX, bem como o conflito ideológico entre as forças emergentes do capitalismo e as sociedades escravistas. Diante do exposto, o entendimento semântico da questão está concluído. A Unidade Temática que carrega o sentido da questão é Brasil Império (1822-1889) (unidade retirada indiretamente do enunciado, a partir da expressão “segunda metade do século XIX”, indicando que o entendimento do período exige conhecimento sobre as estruturas de poder da aristocracia brasileira durante o império); a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é questão abolicionista (extraída diretamente do gabarito, e expressa a necessidade de compreender as discussões sobre a abolição da escravatura, influenciadas pelos ingleses e os ideais liberais, mas que encontravam resistência entre a aristocracia brasileira); a Unidade de Contexto é História do Brasil.

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

Uma busca por correlação resultou em uma conexão adequada, onde o significado e o contexto foram relacionados corretamente entre as unidades (contexto, tema, chave) da questão 55 e o livro didático. Encontra-se no livro *Território e fronteiras*, o capítulo 4, intitulado *A escravidão em diferentes Épocas*, os subitens *Escravidão africana no Brasil*, na página 93, e a *Desagregação do sistema escravista*, na página 95, abordam a temática da questão. Embora o livro não trate das questões da sociedade portuguesa em relação à elite brasileira (não havendo, portanto, relação contextual entre as URC sociedade portuguesa e elite brasileira), ele fornece informações sobre a abolição do tráfico e do trabalho escravo, processo iniciado pela Inglaterra em 1807 e 1833, respectivamente (relação contextual entre as URC Inglaterra, tráfico de escravos, escravidão e força de trabalho). Ao final do subitem *A escravidão em diferentes Épocas* o livro didático menciona as influências dos ideais liberais (relação entre as URC ideais liberais, escravidão e força de trabalho), mas, diferentemente da questão, o livro didático posiciona o ano de 1822, e não 1830, como o início da circulação dos ideais liberais no Brasil. No entanto, não menciona as diferenças entre a sociedade portuguesa e a aristocracia brasileira, esses termos não são empregados, o texto refere-se apenas às distinções entre a elite nacional brasileira do Centro-Sul e do Nordeste (ausência de relação com as URC sociedade portuguesa, elite brasileira e questionamento à aristocracia brasileira).

#### c) Classificação da questão

Diante do exposto, o livro didático da coleção *Módulos (2020)* aborda as influências da Inglaterra e dos ideais liberais no processo de abolição do tráfico e do trabalho escravo e comenta sobre as diferenças ideológicas da elite brasileira. No entanto, não emprega o termo “aristocracia brasileira” na seção analisada, representando falta de aprofundamento na informação necessária para resolução da questão. Devido aos fatores expostos, a relação entre a questão 55 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Presente – Capaz de solução” a sua abordagem foi superficial, no entanto, suficiente.

• Questão 56

**Quadro 9 – Questão 56**

56. (PSV-UFMS, 2021, P. 21) “Sobre a produção aurífera no Brasil e seus desdobramentos, é correto afirmar que:
Gabarito: B) para o desenvolvimento da exploração aurífera em Cuiabá, capitania de Mato Grosso, foi criada uma estrutura de escoamento da produção que utilizava uma rota flúvio-terrestre denominada monções e que, posteriormente, deu origem a algumas localidades no sul da antiga capitania de Mato Grosso.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 56, obtém-se duas partes: I) Enunciado/Comando: indagação a respeito da produção aurífera no Brasil; II) Gabarito: a resposta exige conhecimentos relacionados à exploração aurífera em Cuiabá e à estrutura de escoamento da produção por meio das monções, que originou algumas localidades no sul da antiga capitania de Mato Grosso. Esses elementos forneceram as bases para a extração das palavras presentes na Questão 56, transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): produção aurífera; exploração aurífera; Brasil; Cuiabá; capitania de Mato Grosso; escoamento da produção; rota flúvio-terrestre; monções; origem; localidades; sul.

Ao analisar as Unidades de Registro Chave, infere-se que o núcleo de sentido da mensagem da questão (enunciado + gabarito) é: a produção aurífera no Brasil durante o período histórico do Brasil Colonial e a intensificação da mineração do ouro na primeira metade do século XVIII, especialmente nas atuais localidades de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A questão requer o entendimento de que a utilização das rotas de monções para escoamento e exploração do ouro impulsionou a fundação de novas localidades. Diante do exposto, o entendimento semântico da questão está completo. A Unidade Temática que carrega o sentido da questão é Brasil Colonial (unidade extraída diretamente do enunciado, indicando a necessidade de conhecimento sobre o contexto da mineração do ouro colonial brasileiro); a

Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é Monções (retirada diretamente do gabarito, embora seja necessário o entendimento da exploração aurífera, o foco da questão é o uso das rotas de monções na fundação de novas localidades no sul da capitania de Mato Grosso); a Unidade de Contexto é História do Brasil.

b) Análise de conteúdo no livro didático

Nenhuma busca resultou em conexão adequada, ou seja, o significado da mensagem e as unidades (contexto, tema, chave) que compõem a questão 56 não encontraram correlação de sentido com o livro didático. A busca começou pela Unidades de Registro Chave exploração aurífera, encontrando uma correlação parcial no volume *Território e fronteiras*, no Capítulo 3, intitulado *A conquista portuguesa e os povos indígenas*, no subitem *A mineração*, na página 78. No entanto, restringiu sua abordagem aos conflitos relacionados a Minas Gerais, como a Guerra dos Emboabas, legislações e impostos estabelecidos pela Coroa Portuguesa e aspectos sociais e políticos derivados da mineração. Ademais, não há menção à formação de novas cidades fora da região Sudeste e não utiliza a expressão as monções (sem correlação com as URC escoamento da produção e monções).

A busca foi então ampliada, incluindo as URC Brasil, origem e localidades, procuraram-se contextos que envolvessem a consolidação do território brasileiro. A análise foi deslocada para o Capítulo 6 do mesmo livro, intitulado *As dinâmicas do território brasileiro*, nos subitens *Formação do território e das fronteiras* e *As fronteiras do território brasileiro*. No entanto, nada foi encontrado sobre a formação da capitania de Mato Grosso ou o uso das monções (sem correlação com as URC capitania de Mato Grosso e monções). A única menção à formação de territórios do centro oeste é realizada no livro *Os tempos e espaços das cidades*, no capítulo 4, intitulado *As cidades latino-americanas*, no subitem *Uma história sem protagonismo*, na página 98. Nessa seção, ao mencionar a dinâmica de formação das cidades brasileiras, o texto informa que a exploração de ouro e prata no final do século XVII influenciou a criação de cidades como Ouro Preto (MG), Goiás (GO), Cuiabá (MT) e Campinas (SP). Porém, novamente não menciona as monções nem as rotas flúvio-terrestres, classificando todas as cidades citadas como resultado da “mineração e bandeirantismo” (Catelli Jr. *et al.*, *Os tempos e espaços das cidades*, 2020, p. 99). A análise completa dos volumes revela que os termos “monções” e “monção” não são utilizados em nenhum dos volumes (sem presença da URC indispensável monções).

c) Classificação da questão

O livro didático menciona brevemente a cidade de Cuiabá (MT) em um subitem não relacionado ao contexto colonial e a classifica como resultado do bandeirantismo, sem mencionar as monções (Unidade de Registro Chave indispensável). Ao não informar a importância das rotas flúvio-terrestres na formação da capitania de Mato Grosso, a relação entre a questão 56 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Não consta – Impossibilidade de solução”.

• Questão 57

**Quadro 10 – Questão 57**

57. “(PSV-UFMS, 2021, P. 21) “Considere os textos a seguir.

TEXTO I

"O século XVIII constitui um marco importante para a história do pensamento ocidental e para o surgimento da sociologia. As transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças que ocorriam no ocidente europeu."

FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia. In: FORACHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução a Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 11.

TEXTO II

"[...] entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados no mesmo sentido que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta e o fim especial de suas pesquisas. Assim, ela se propõe diretamente a explicar, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, visto em todas as suas partes essenciais [...]."

Auguste Comte Disponível em: <<http://docplayer.com.br/235-Apostura-do-positivismo-com-relacao-as-cienciashumanas.html>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

A Sociologia, para ser reconhecida como ciência, precisava demonstrar objetividade na sua análise. Para evidenciar que os fenômenos sociais também são passíveis de análise científica, a Sociologia - em sua constituição enquanto ciência - utilizou-se de métodos:

Gabarito: A) similares aos das ciências da natureza.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 57, obtém-se quatro partes: I) Texto 1: aborda o surgimento da sociologia no pensamento ocidental durante o século XVIII e o surgimento de problemas decorrentes das transformações econômicas, políticas e culturais no Ocidente europeu; II) Texto 2: “física social”, ciência que deu origem à sociologia e que aplicava regras de sentido semelhantes às leis naturais das outras ciências para explicar fenômenos sociais; III) Enunciado/Comando: destaca a necessidade da sociologia em

demonstrar objetividade de análise para ser reconhecida como ciência, questionando quais métodos foram empregados para alcançar o rigor científico da época; IV) Gabarito: requer a compreensão de que os conceitos metodológicos das ciências da natureza, considerados objetivos, precisos e impessoais, eram os valores que qualquer estudo que aspirava ser reconhecido como ciência deveria adotar.

A partir desses elementos, extraem-se as palavras-chave essenciais da Questão 57, que são transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): surgimento da sociologia; física social; reconhecida como ciência; análise científica; constituição enquanto ciência; objetividade; análise; ciências da natureza. Ao analisar em conjunto essas URC que compõe a Questão 57 é possível inferir que o núcleo de sentido da mensagem (texto 1 + texto 2 + enunciado + gabarito) é de uma questão disciplinar de Sociologia, que aborda o reconhecimento da sociologia como ciência.

Dessa forma, a capacidade de resolução desta questão não será abordada. Embora, devido ao caráter interdisciplinaridade das Ciências Humanas e suas Tecnologias, seria possível a resolução da questão por meio de conhecimentos históricos. No entanto, a fim de concentrar a análise em conhecimentos históricos, as questões que exigem domínio de conceitos mais diretamente ligados à sociologia não serão incluídas na análise.

#### b) Classificação da questão

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (Daher; Santos; Wilhelms, 2021) define o objeto de conhecimento “contexto histórico para o nascimento da Sociologia” como um componente Curricular de Sociologia do primeiro ano do Ensino Médio na página 263. Considerando esses critérios, a questão é classificada como “Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina”.

#### • Questão 58

#### Quadro 11 – Questão 57

58. (PSV-UFMS, 2021, P. 21) “A Doutrina Monroe, em conjunto com outros fatores, assinalou o que mais tarde se configuraria no imperialismo norte-americano, auxiliando na consolidação dos EUA como uma das maiores potências mundial do século XX. A questão política expansionista dos EUA está associada:
--

Gabarito: B) ao slogan “América para os americanos”.
--

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

#### a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 58, obtém-se duas partes: I) Enunciado/Comando: indagação a respeito das características associadas a Doutrina Monroe e a política expansionista dos EUA, que fundamentou o imperialismo norte-americano e auxiliou na consolidação dos EUA como uma das potências mundial; II) Gabarito: a resposta exige conhecimentos relacionados ao *slogan* América para os americanos da Doutrina Monroe. A partir desses elementos, extraem-se as palavras-chave essenciais da Questão 58, que são transformadas nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): Doutrina Monroe; imperialismo norte-americano; EUA; política expansionista; potências mundial; *slogan*; América para os americanos.

Ao analisar as Unidades de Registro Chave, infere-se que o núcleo de sentido da mensagem da questão (enunciado + gabarito) é: conhecimento específico sobre a Doutrina Monroe e o *slogan* “América para os americanos”, formulado por James Monroe para combater a política expansionista do capitalismo europeu ao longo dos séculos XIX e XX. Embora o foco da questão seja a Doutrina Monroe, o conceito de imperialismo e seus desdobramentos, tanto europeu quanto norte-americano, também contribuem para a compreensão do contexto. Com base nessas informações, o entendimento semântico da questão está completo. A Unidade Temática que carrega o sentido da questão é Imperialismo Norte-Americano (extraída do enunciado, representando o contexto do capitalismo expansionista dos EUA); a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é Doutrina Monroe (extraída do gabarito, indicando as políticas de Monroe para combater o imperialismo europeu na América por meio do imperialismo norte-americano); a Unidade de Contexto é História Geral.

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

Nenhuma busca resultou em conexão adequada, ou seja, o significado da mensagem e as unidades (contexto, tema, chave) que compõem a questão 58 não encontraram correlação de sentido com o livro didático. A busca iniciou-se com a Unidade de Registro Chave Doutrina Monroe, contudo, a expressão não está presente em nenhum dos seis volumes da coleção *Módulos (2020)*. Buscou-se então a Unidade mais abrangente, a Unidade de Registro James Monroe, porém, novamente, o nome não é mencionado em nenhum dos volumes. Ampliando a pesquisa ao máximo, utilizou-se a Unidade de Registro imperialismo norte-americano. De fato, há uma correlação contextual parcial com tal conteúdo no livro *Relações de poder e conflito*, no Capítulo 4, intitulado *As Guerras Mundiais: nacionalismo e totalitarismo*. Está presente no livro um quadro com o título *Do Imperialismo à Guerra Fria* na página 82, ele, no entanto, funciona apenas como uma linha temporal que se inicia em 1882, não contemplando a data de

anúncio da Doutrina Monroe (sem correlação com as Unidades de Registro Chave Doutrina Monroe e imperialismo norte-americano). No mesmo capítulo, apresenta o subitem *A origem do conflito*, na página 84, o texto aborda o surgimento do capitalismo monopolista e o início de uma nova expansão colonial, resultando na divisão do mundo pelas potências capitalistas, e classifica esse movimento histórico como imperialismo. No entanto, não menciona o imperialismo norte-americano, suas origens ou consequências, retém sua análise ao contexto europeu e aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, com breve menção ao fortalecimento dos EUA nas páginas 86 e 87 durante o conflito.

c) Classificação da questão

Com base no exposto, a relação entre a questão e o conteúdo do livro didático é classificada como “Não consta – Impossibilidade de solução”, devido à falta de abordagem direta sobre a Doutrina Monroe, Unidade de Registro Chave indispensável para a questão.

• Questão 59

**Quadro 12 – Questão 59**

59. (PSV-UFMS, 2021, P. 22) “Considere o fragmento a seguir.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.”

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 02 dez.2020.

A Lei 11.645, sancionada em 2008, reforçou leis precedentes que tinham por objetivo a inclusão do ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos do ensino fundamental e médio.

A partir do fragmento, constata-se que a importância da inclusão de tais temáticas no ensino brasileiro se dá pela:

Gabarito: E) contribuição das culturas africanas e indígenas na formação da sociedade brasileira.”

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 59, identificam-se três partes: I) Texto base: Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, que trata sobre a

obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena; II) Enunciado/Comando: indaga sobre a forma que se realiza a inclusão de tais temáticas no ensino brasileiro; III) Gabarito: indica que a inclusão é realizada por meio do reconhecimento e da exposição das contribuições das culturas africanas e indígenas na formação da sociedade brasileira. A partir desses elementos, extraem-se as palavras-chave que carregam o sentido da Questão 59, para obter as seguintes Unidades de Registro Chave (URC): Lei 11.645; inclusão; História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; ensino fundamental e médio; importância da inclusão; ensino brasileiro; contribuição das culturas; sociedade brasileira.

Ao analisar as Unidades de Registro Chave, infere-se que o núcleo de sentido da mensagem da questão (texto base + enunciado + gabarito) aponta para um conteúdo pertencente à disciplina de Sociologia. A justificativa para tal, reside no foco da abordagem em uma legislação de caráter afirmativo, que prevê combater discriminações e reparar a invisibilidade das contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares. O objetivo da legislação é combater preconceitos e estereótipos racistas que persistem na sociedade brasileira atual. Observando o núcleo de sentido do texto base, a resolução da questão exige a compreensão do fragmento legal apresentado. No entanto, ela também necessita de um modesto grau de conhecimentos externos. Esse sendo o entendimento de que o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira são essenciais para a diminuição das discriminações raciais e a promoção de relações sociais mais equitativas, conhecimentos mais adequadamente trabalhados nas metodologias da disciplina escolar de Sociologia.

#### b) Classificação da questão

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2021) define que:

O componente curricular Sociologia contribui no processo educativo com referências sintéticas e reflexivas sobre conceitos, temas, teorias e métodos que explicam a fenomenologia da vida em sociedade. A parte da Formação Geral Básica do ensino explica a natureza e funcionamento de *instituições, relações de poder, grupos étnicos, classes sociais, gênero, violência e meio ambiente*. (Daher; Santos; Wilhelms, 2021, p. 260, *grifo nosso*)

Além disso, “Legislação e direitos sociais” é um objeto de conhecimento do componente Curricular de Sociologia do terceiro ano do Ensino Médio, conforme consta na página 229 do Currículo de Referência. Assim, embora a discriminação e exclusão de grupos historicamente marginalizados seja uma questão de fundo histórico, a questão foca na ligação entre as atuais políticas afirmativas (legislação) e as análises teóricas e sociológicas que fundamentam essas leis (direitos sociais). Esses dois aspectos pertencem à Sociologia, segundo

o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (Daher; Santos; Wilhelms, 2021). Diante do exposto, a relação entre a questão 59 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina”.

• Questão 60

**Quadro 13 – Questão 60**

<p>60. (PSV-UFMS, 2021, P. 22) “Considere o excerto a seguir.</p> <p>“Nos meados de seiscentos, a situação econômica portuguesa era de grande depressão. Numa consulta do Conselho da Fazenda, de 1657, descrevia-se a situação em traços sombrios: “A Índia (...) acha-se hoje reduzida miseravelmente a seis praças principais que são: Moçambique, sem defesa; Goa, pouco segura; Diu, arriscada; Cochim, pendente da amizade do rei; Columbo, invadida pelos holandeses; Macau, sem comércio, desesperada (...) Angola, nervo das fábricas. A atividade do Brasil, necessita de prevenção contra os desejos que os castelhanos, ingleses e holandeses tem de nos tirarem os negros e os levarem às Índias, às Barbadas e outras partes. A ilha de S. Tomé, onde se juntava o dinheiro de panos para engrossar o trato de Angola, se pôs em termos que já não parecem desta coroa, pois com ela não temos comércio nenhum.”</p> <p>Disponível em: &lt;<a href="http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-embates-políticos-e-ideológicos-no-reino-lusitano-da-Restauração-à-Viradeira-Algumas-considerações-José-Elias-Lara.pdf">www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-embates-políticos-e-ideológicos-no-reino-lusitano-da-Restauração-à-Viradeira-Algumas-considerações-José-Elias-Lara.pdf</a>&gt;. Acesso em: 09 dez. 2020.</p> <p>O documento evidencia a situação econômica de Portugal em 1657, que se relaciona diretamente com:</p>
<p>Gabarito: D) a União Ibérica e a estrutura político-cultural lusitana, que impedia o desenvolvimento de atividades manufatureiras.”</p>

Fonte: PSV-UFMS-2021 elaborada pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

a) Os núcleos de sentido da questão

Decompondo os elementos que constituem a mensagem da Questão 60, obtêm-se três partes: I) Texto base: descreve a situação econômica de Portugal na metade final do século XVII como marcada por grande depressão, com diversas possessões coloniais perdidas ou em conflito e produtos que não encontravam espaço no mercado internacional devido à alta concorrência; II) Enunciado/Comando: indaga o motivo da situação econômica de Portugal em 1657; III) Gabarito: a resposta exige o entendimento que durante a União Ibérica as possessões portuguesas foram negligenciadas e a estrutura político-cultural lusitana ruiu. Ademais, o avanço dos métodos produtivos das demais nações causou a perda de espaço português no mercado internacional. A partir desses elementos, extraem-se as palavras-chave que compõem o sentido da Questão 60, resultando nas seguintes Unidades de Registro Chave (URC): situação econômica; Portugal; grande depressão; 1657; União Ibérica; estrutura político-cultural; atividades manufatureiras.

Ao analisar as Unidades de Registro Chave, infere-se que o núcleo de sentido da questão (texto base + enunciado + gabarito) é: a estrutura político-cultural de Portugal era

dependente de suas colônias e pelo comércio dos produtos. Essa estrutura foi abalada durante a União Ibérica, propiciando um momento oportuno para o ataque e a tomada de diversos territórios portugueses por outras potências europeias, como ingleses e holandeses. A falta de desenvolvimento das atividades manufatureiras portuguesas causou uma incapacidade de se recuperar da depressão econômica após o fim da União Ibérica. Com base nessas informações, o entendimento semântico da questão está completo. A Unidade Temática que carrega o sentido da questão é Portugal Metrópole colonial (unidade retirada indiretamente do texto base, expressa a importância de compreender a situação de Portugal como metrópole de vastos territórios coloniais); a Unidade de Registro Chave indispensável para o gabarito é União Ibérica (retirada diretamente do gabarito, expressa a necessidade de entendimento da grande depressão causada pela negligência do governo espanhol em relação às possessões lusitanas); a Unidade de Contexto é História Geral.

#### b) Análise de conteúdo no livro didático

Duas buscas resultaram em conexão superficial, onde o significado e o contexto foram vagamente relacionados entre as unidades (contexto, tema, chave) da questão 60 e o livro didático. A Unidade de Registro Chave União Ibérica é mencionada em dois volumes da coleção. No livro *Território e fronteiras*, na página 10, o quadro *Estados Europeus: século XV a XVII* apresenta duas datas relacionadas ao tema, assinalado o século XVI como “1580: Início da União Ibérica” (Catelli Jr. et al., *Território e fronteiras*, 2020, p. 10) e o século XVII “1640: Fim da União Ibérica...” (Catelli Jr. et al., *Território e fronteiras*, 2020, p. 10). Entretanto, apesar de apresentar o termo no quadro, não aborda esse acontecimento no capítulo. Em outras palavras, a menção ao termo é o único conteúdo presente neste volume, apenas a presença da URC União Ibérica não garante o fornecimento das informações necessárias para resolução.

O único outro volume que menciona a União Ibérica é o livro *Culturas e diferenças*, no Capítulo 4, intitulado *O Brasil Amazônico*, na página 74, dentro do subitem *Colonização Europeia e disputas na Amazônia*. Contudo, apesar de mencionar a União Ibérica e descrever brevemente que seria o “...momento em que Portugal estava sob o domínio da Coroa espanhola 1580-1640)” (Catelli Jr. et al., *Culturas e diferenças*, 2020, p. 74), o foco da abordagem está no processo de expansão da coroa portuguesa sobre a região que seria conhecida posteriormente como amazônica. Sendo assim, nenhum dos volumes explora a temática da questão.

#### c) Classificação da questão

Devido à ausência de informações sobre a situação económica portuguesa durante a União Ibérica ou a situação posterior, com nenhum texto onde o significado das URC União Ibérica, situação; económica, Portugal, grande depressão e estrutura político-cultural está corretamente relacionado com a questão, a relação entre a questão 60 e o conteúdo do livro didático é classificada como “Não consta – Impossibilidade de solução”.

#### 4.1 Tratamento dos resultados

Com as etapas um, Pré-análise, e dois, Exploração do material, concluídas, é possível prosseguir para a etapa final da metodologia de análise de conteúdo. As próximas seções, portanto, são dedicadas à terceira e última etapa: Tratamento dos resultados, Inferência e Interpretação. Segundo Bardin (1977, p. 131), os resultados precisam ser tratados pelo pesquisador para poderem adquirir significado. Assim, os dados serão submetidos as operações de agrupamento, contagem, estatística e provas de validação baseadas em cálculos matemáticos básicos. Esse processo permitiu estabelecer uma tabela e um gráfico, que possibilitam a visualização clara das informações obtidas pela segunda etapa (Exploração do material). Diante disso, será possível propor inferências e interpretações consistentes.

O tratamento dos resultados segue as regras de enumeração estabelecidas por Bardin (1977), baseadas em enumeração por presença e frequência, ou seja, a recorrência das cinco categorizações. A presença refere-se, exatamente, à ocorrência ou não de determinados conteúdos (representados neste trabalho pelas Unidades de Registro Chave). As Unidades de Registro Chave classificadas como “Incompleto – Impossibilidade de solução” e “Não consta – Impossibilidade de solução” são marcações que representam os conteúdos ausentes na coleção *Módulos* (2020). Quanto à enumeração por frequência, tem a finalidade de destacar a regularidade da quantidade de ocorrência. Essa contagem será realizada sobre as Unidades de Registro Chave, que representam os conteúdos históricos das questões do vestibular. Tal dado poderá revelar os pontos fortes e fracos do material didático. A contagem de frequência também considerará a Unidade Temática, que fornece um contexto maior às Unidades de Registro Chave e pode indicar quais temáticas tiveram maior incidência.

Os dados obtidos nas análises das questões estão agrupados na Quadro 14:

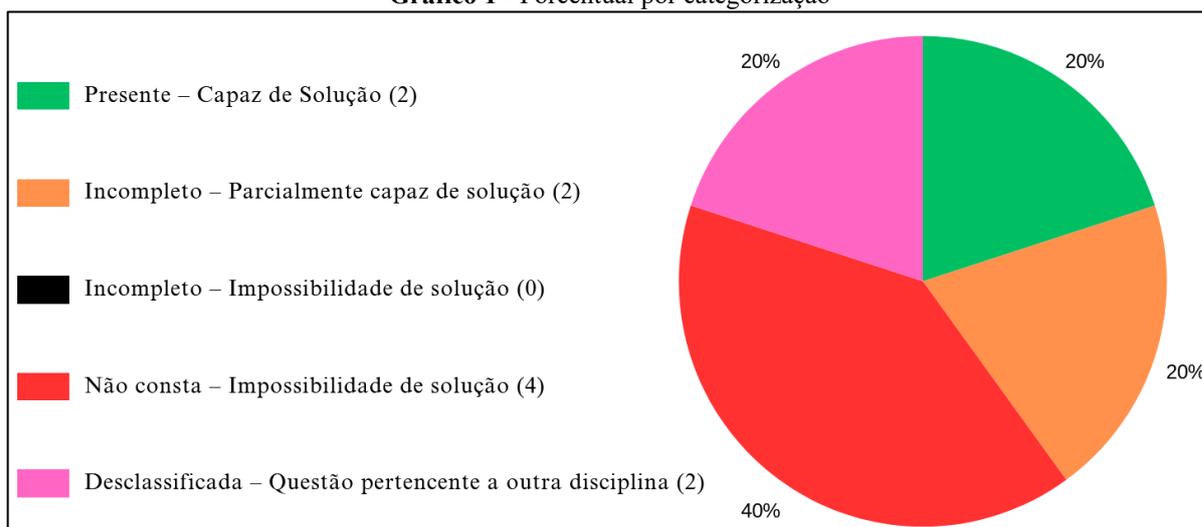
**Quadro 14** – Categorização das questões do PSV-UFMS 2021 em relação a Coleção Módulos

Material	Unidade de Contexto	Unidade Temática	Unidade de Registro Chave Indispensável	Categorização
----------	---------------------	------------------	---	---------------

Questão 51	História do Brasil	Brasil Império	Mobilidade social	Incompleto – Parcialmente capaz de solução
Questão 52	História Geral	América Espanhola	Tupac Amaru II	Não Consta – Impossibilidade de Solução
Questão 53	História Geral	América Espanhola	Conquista da América	Presente – Capaz de solução
Questão 54	História Geral	Pré-história	Arte Rupestre	Incompleto – Parcialmente capaz de solução
Questão 55	História do Brasil	Brasil Império	Abolição da Escravatura	Presente – Capaz de solução
Questão 56	História do Brasil	Brasil Colonial	Monções	Não consta – Impossibilidade de solução
Questão 57	Sociologia			Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina
Questão 58	História Geral	Imperialismo Norte Americano	Doutrina Monroe	Não consta – Impossibilidade de solução
Questão 59	Sociologia			Desclassificada – Questão pertencente a outra disciplina
Questão 60	História Geral	Portugal Metrópole Colonial	União Ibérica (1580-1640)	Não consta – Impossibilidade de solução

Fonte: Tabela elaborada pelo autor do presente trabalho com base nos dados obtidos pela pesquisa realizada no Capítulo 2 e 3.

Com base no agrupamento realizado na Quadro 14 foi possível construir o Gráfico 1 através de equações matemáticas de contagem e porcentagem:

**Gráfico 1** - Percentual por categorização

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor do presente trabalho com base nos dados obtidos pela pesquisa.

Após a realização dos processos de agrupamento, contagem e formulação das percentagens, é possível identificar recorrências, presenças, ausências e padrões, que podem agora ser visualizados na Quadro 14 e no Gráfico 1. Este parágrafo apresenta uma leitura e descrição dos dados imediatos, sem a intenção de inferir ou concluir. Sendo dessa maneira, a análise inicia-se pela Quadro 14, onde é perceptível que duas questões foram desclassificadas da análise por pertencerem à Unidade de Contexto Sociologia. Em razão desse fato, o total de questões de História foi reduzido para 8 (oito) questões, e não é mais 10 (dez) como inicialmente considerado na pesquisa. A distribuição das Unidades de Contexto ficou sendo 3 (três) de História do Brasil e 5 (cinco) de História Geral, totalizando 8 (oito), de forma que História Geral representa 62,5% das questões do PSV-UFMS 2021. Ademais, o livro didático possui capacidade de fornecer a resposta completa para 1 (uma) das 3 (três) questões de História do Brasil do PSV-UFMS 2021, ou seja, apresenta 33,3% de capacidade de solução completa. Em relação à História Geral, os livros didáticos possuem capacidade de fornecer a solução completa para 1 (uma) das 5 (cinco) questões de História Geral do PSV-UFMS 2021, correspondendo a 20% de capacidade para solução completa.

Duas Unidades Temáticas se destacaram por compartilharem o maior grau de incidência: América Espanhola e Brasil Império, ambas com duas ocorrências, totalizando 4 (quatro) questões de um total de 8 (oito) questões de História. Nenhuma Unidade de Registro Chave ocorreu mais de uma vez. Os livros didáticos com maior correlação temática com as Unidades de Registro Chave foram *Território e Fronteiras*, com correlação em 5 (cinco) questões (51, 53, 55, 56 e 60); em segundo lugar com 3 (três) correlações o livro *Relações de poder e conflito* (questão 51, 52 e 58); e, por fim, os volumes *Indivíduo, Natureza e Sociedade*

(questão 54) e *Culturas e Diferenças* (questão 60), cada um com uma correlação. No entanto, observa-se que, embora tenha existido correlações temáticas nesses volumes, apenas o livro *Território e Fronteiras* apresentou questões classificadas como “Presente – Capaz de Solução” nas análises das questões 53 e 55.

No que se refere ao Gráfico 1, é perceptível que a categoria Incompleto – Impossibilidade de solução não foi utilizada para classificar nenhuma questão. A maior porcentagem é destinada à categoria de Não Consta – Impossibilidade de Solução, com uma recorrência de 40%. Ademais, nota-se que, no gráfico, estão inclusas as dez questões, ou seja, duas delas são categorizadas como Desclassificada - Questão pertencente a outra disciplina. Caso essas fossem removidas por não pertencerem à disciplina de História, de forma que o gráfico representasse apenas as 8 (oito) questões pertencentes à disciplina analisada, o percentual de questões classificadas como “Não Consta – Impossibilidade de Solução” aumentaria para 50%.

#### 4.2 Inferência

Para Bardin (1977, p. 133), é a partir dos resultados significativos que o analista pode propor inferências e interpretações fundamentadas no objetivo proposto ou nas descobertas durante a pesquisa. Uma característica das pesquisas de análise científica é a capacidade de fornecer informações suplementares além daquelas obtidas por meio de uma simples leitura sistemática dos resultados coletados. Considerando o exposto, percebe-se que a técnica de análise de conteúdo oferece diferentes polos de atração para análise, divididos por Bardin (1977, p. 165) em quatro categorias: emissor, receptor, mensagem e *médium*. A presente pesquisa se enquadra melhor nos polos de atração mensagem e *médium*, pois utiliza o código e a significação da mensagem para realizar uma comparação entre os *médiuns*. Em outras palavras, analisaram-se o significante e o significado da mensagem de um suporte material e buscou-se a correlação de informações e contexto no significante e no significado da mensagem de outro suporte material. Os resultados da análise indicaram que a mensagem do suporte material da Coleção *Módulos* (2020) é incapaz de se relacionar com cerca de 50% (quatro das oito questões de História) da mensagem do suporte material do PSV-UFMS 2021.

Com todos os dados expostos, é possível realizar inferências sobre o material. Segundo Bardin (1977, p. 168), a inferência envolve a interpretação dos sentidos explícitos e implícitos, um processo indutivo que visa investigar as causas a partir dos efeitos. Em primeiro lugar, deve-se partir das premissas da pesquisa e das informações dos dados, para que assim seja possível

revelar um dado implícito. A primeira premissa, comprovada pela análise, é que a coleção *Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) não possui o conteúdo necessário para responder corretamente a 50% das questões de História do PSV-UFMS 2021. A segunda premissa, evidenciada pela exposição teórica no Capítulo 1, estabelece que o livro didático é uma produção textual com finalidade didática, possuindo o conhecimento considerado pedagogicamente relevante das disciplinas escolares. Diante do exposto, é seguro afirmar que a coleção *Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) não considera a presença de textos com informações capazes de solucionar as questões universitárias do PSV-UFMS 2021 como conteúdos pedagogicamente relevantes para compor suas páginas.

### 4.3 Interpretação

Diante do exposto na seção anterior, é possível interpretar as razões pelas quais a coleção *Módulos* apresenta as características reveladas pela inferência, bem como os impactos decorrentes delas. A interpretação é o processo final da última etapa do tratamento dos resultados, inferência e interpretação, definidos por Bardin (1977). Nesta seção, propõe-se conectar os resultados obtidos, as inferências, as discussões teóricas, as hipóteses e os questionamentos levantados ao longo dos capítulos. Essa seção é dedicada a interpretação que pode fornecer informações implícitas. Assim, deve-se retomar a hipótese formulada no início, a de que os livros didáticos da coleção *Módulos para o Novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), ao aderirem ao novo formato exigido pelo PNL 2021, estruturam seus conteúdos ao ponto de não serem capazes de solucionar as questões de História presentes no Processo Seletivo Universitário da UFMS de 2021.

Utilizando o método da análise de conteúdo de Bardin (1977), os resultados expressaram a defasagem entre os conteúdos abordados nos livros didáticos e as questões do vestibular. Especificamente, a coleção *Módulos para o Novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) não possui informações suficientes para tratar das questões do PSV-UFMS 2021. A análise destacou a falta de abordagem dos volumes em relação às contribuições de Tupac Amaru II nas independências da América Espanhola, ao papel das rotas fluviais de monções na formação de novas localidades, aos impactos da Doutrina Monroe sobre o imperialismo norte-americano e às dificuldades econômicas de Portugal após a União Ibérica (1580-1640). Na interpretação do autor deste estudo, a ausência dessas informações é um fato contraditório, pois é notável ao longo da obra uma preocupação com uma abordagem

decolonial. Contudo, essa preocupação não deseja incluir as contribuições revolucionárias de Tupac Amaru II contra a dominação colonial espanhola. A equipe editorial afirma sua preocupação em contextualização e valorização das experiências locais, considerando esses conhecimentos como significativos para os estudantes (Catelli Jr *et al.*, *Indivíduo, Natureza e Sociedade*, 2020, p. 177); no entanto, não aborda a importância local das rotas das monções na formação do estado de Mato Grosso e o que seria no futuro o Mato Grosso do Sul. A coleção admite que não se deve exterminar a cronologia ou deixar de trabalhar com assuntos clássicos (Catelli jr *et al.*, *Indivíduo, natureza e sociedade*, 2020, p. 177). Mas, ao mesmo tempo, os volumes raramente empregam divisões cronológicas e negligenciam temas clássicos, como a Doutrina Monroe e União Ibérica, sendo o primeiro não abordado e o segundo relegado a breves menções. Parece que, ao tentar evitar a memorização mecânica, a coleção desconsiderou a importância da memorização consciente, uma distinção essencial conforme apontado por Bittencourt:

Parece acertado afirmar que a crítica feita é contra um tipo de memorização mecânica, do “saber de cor”, da pura repetição, e não contra o desenvolvimento da capacidade intelectual de memorizar. Essa distinção deve ser feita para evitar que se julgue totalmente desnecessário desenvolver nos alunos a capacidade de memorizar acontecimentos, no caso da História, e referenciá-los no tempo e no espaço, para que, com base neles, se estabeleçam outras relações de aprendizado. Parece-nos que reside neste ponto, ou seja, na confusão entre a memorização mecânica e a memorização consciente, a necessidade de particularizar a crítica contra esse método de aprendizagem. (Bittencourt, 2008, p. 71)

Assim, existe uma distinção entre o “saber de cor” característico da repetição mecânica, e a importantíssima habilidade mental de memorizar conscientemente certos acontecimentos históricos, períodos e espaços que permitem ao aluno estabelecer correlações entre eventos historicamente relevantes. Os autores dos livros, preocupados em evitar a memorização mecânica, optaram por não abordar acontecimentos tradicionais, tentando fugir de uma abordagem de ensino tradicional.

Ademais, durante a análise do material, percebe-se que a nomenclatura e a estrutura dos títulos e capítulos dos volumes que compõem a coleção são pontos problemáticos, ao gerarem confusão tanto para alunos quanto para educadores. Além de resultar em dificuldades na formulação de índices e indicadores para a pesquisa, solucionado por meio da criação de Unidades de busca a partir das questões do vestibular. A problemática reside na ausência de títulos que reflitam diretamente os conteúdos abordados em cada seção dos volumes. Tal fato dificulta a utilização desses livros didáticos como material de estudo especificamente focado em processos seletivos universitários. Por exemplo, caso o aluno desejasse compreender o conceito de Mercantilismo, deveria ele consultar o Capítulo 2, intitulado *Do feudo à cidade*

*Moderna*, do livro *Os tempos e espaços das cidades*, ou o Capítulo 1, *Revolução burguesa e ética liberal* do livro *Ética, política e trabalho*? Ou ainda, caso deseje conhecer a estrutura da Primeira República brasileira (1889-1930), deveria consultar o Capítulo 6, *As dinâmicas do território brasileiro*, no livro *Territórios e Fronteiras*, ou o Capítulo 5, *Lutas políticas no Brasil* no livro *Relações de poder e conflito*? Além da confusa nomenclatura dos capítulos que abordam essas temáticas mencionadas, verifica-se, pelos exemplos, que os próprios títulos dos livros pouco indicam os conteúdos específicos que o estudante poderá encontrar.

A interpretação e discussão dos resultados ficariam incompletas sem a presença das limitações e dificuldades enfrentadas pelo pesquisador. É evidente que a própria proposta das alterações pedagógicas do Novo Ensino Médio e sua ênfase na interdisciplinaridade e na união das disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que se transcreveram na formação de volumes transdisciplinares, vai de encontro à perspectiva de formulação de materiais didáticos com conteúdo específico e do aprofundamento em cada área específica. Logo, a incapacidade de abordar questões históricas com mais profundidade de conteúdo seria o efeito esperado para uma coleção que se propõe a integrar todas as disciplinas de Ciências Humanas com um limite restrito de páginas. No entanto, a própria pesquisa tem o objetivo de evidenciar o grau de impacto do enfraquecimento dos conteúdos mais profundos e específicos, tomando como referência as exigências de conteúdo das questões do vestibular.

Uma dificuldade durante a pesquisa foi a dependência de nomenclaturas clássicas. Os livros didáticos não possuem a formulação tradicional de divisões periódicas e temáticas, o que dificultou também o processo de correlação direta por meio da técnica de análise, conforme já mencionado. No entanto, como as Unidades de Registro foram definidas utilizando o próprio conjunto sistemático de significantes dos textos das questões, espera-se que essa limitação tenha sido superada. Em outras palavras, utilizando como guia as próprias nomenclaturas das questões, 50% delas não encontraram correlação com as palavras-chave nos livros didáticos, casos como Tupac Amaru II, Monções e Doutrina Monroe, termos essenciais que não estavam presentes nos volumes.

Por fim, ao analisar as informações contidas nos seis volumes, nota-se uma fragmentação dos conteúdos nos livros didáticos, no qual um mesmo conteúdo pode estar disperso entre subseções e até mesmo volumes diferentes. Como exemplo, na questão 51, que trata da mobilidade social na transição para o período imperial, os textos que possibilitam a resolução da questão estão dispersos entre dois volumes: *Território e fronteiras* e *Relações de poder e conflito*. Esse aspecto foi brevemente discutido na etapa de exploração do material, mas cabe aqui uma exposição mais detalhada. Embora a transdisciplinaridade permita abordar um

mesmo tema em diversos tópicos, essa prática pode resultar em fragmentação e dispersão do núcleo de sentido do conteúdo. Referindo-se novamente à questão 51, ao tratar em diversos tópicos e volumes as dificuldades de mobilidade social como uma realidade brasileira, observável até mesmo na contemporaneidade, o conteúdo do livro didático não se dedicou a explorar em específico as mobilidades em cada temporalidade. Ou seja, não focalizou a abordagem histórica para compreender integralmente um determinado período e não se comprometeu a analisar a mobilidade social especificamente durante o Brasil colônia e posteriormente durante o Brasil imperial. Em síntese, essa fragmentação dificulta o estudo por exigir que o aluno, para responder a uma única questão, recorra a vários volumes em busca de informações dispersas sobre um único período histórico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso desenvolvido neste trabalho originou-se de preocupações acerca das repercussões das alterações nos livros didáticos causadas pelos novos parâmetros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018. São perceptíveis as mudanças não apenas nas estruturas internas de diagramação que as coleções a partir de 2021 precisaram implementar, mas também é notável as alterações nos conteúdos de cada disciplina que compõem as grandes áreas do conhecimento, incluindo História, que também sofreu alterações. A redução de páginas, o corte de conteúdos, o desaparecimento de conceitos e a diminuição do foco em perspectivas históricas eram mudanças, no mínimo, esperadas. Diante das possibilidades de abordagem, a pesquisa aqui apresentada propôs-se a realizar uma análise objetiva e direta, que permitisse verificar as limitações da aplicação prática do conteúdo presente nos livros didáticos.

A originalidade deste trabalho reside exatamente na perspectiva mencionada, na análise comparativa proposta pela pesquisa. Isto é, a análise do conteúdo presente na coleção *Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais aplicadas (2020)*, da editora AJS LTDA, poderia ter sido realizada sob diversas perspectivas, mas o diferencial desta pesquisa foi evidenciar a insuficiência de conteúdo nos livros didáticos, utilizando o Processo Seletivo Universitário (PSV) da UFMS 2021 como base comparativa de análise. Afinal, uma das funções primordiais do livro didático é de portador de conhecimento confiável, no entanto, esse ponto crucial parece ter sido negligenciado. Esta pesquisa preenche uma lacuna na área de estudos de ensino de história, oferecendo uma análise aprofundada do conteúdo ausente nos livros didáticos e revelando os limites do conhecimento presente na coleção específica analisada. A pesquisa realizada foi quantitativa e comparativa, pois não só contribuiu para compreender a extensão da falta de conteúdo nos materiais didáticos, mas também para analisar a capacidade desses materiais em resoluções de questões de vestibular. Entretanto, a motivação da pesquisa é fundamentalmente social.

Afinal, o problema que motivou essa pesquisa e moveu a análise foi a preocupação com os livros didáticos de possuírem conteúdos de História suficientes para resolução de questões universitárias. Mesmo que os elementos analisados não sejam sociais — isto é, os objetos de análise não são sujeitos, mas sim fontes materiais —, o impacto das descobertas recai sobre os indivíduos que utilizam esses materiais. Pois, ao não fornecerem informações suficientes para a solução de questões universitárias, os livros didáticos de História tornam-se um dificultador do ingresso no ensino superior. Sendo o livro didático um dos principais

elementos de acesso a informações confiáveis para os alunos brasileiros, o fato de seu conteúdo ser reduzido e insuficiente prejudica tanto os alunos que dele dependem quanto os professores, que precisam realizar o complexo trabalho de elaborar novos materiais didáticos complementares. A situação já desigual entre escolas particulares, que dispõem de materiais didáticos voltados para processos seletivos universitários, e escolas públicas, que, a partir de 2021, passaram a contar com livros incapazes de abranger o conteúdo exigido nos vestibulares, torna-se ainda mais acentuada.

Para fundamentar as afirmações apresentadas, a pesquisa dedicou-se a um objetivo geral: analisar o conteúdo de História dos seis volumes que compõem a coleção mencionada, por meio da comparação com as questões de História do Processo Seletivo do Vestibular da UFMS (PSV-UFMS) de 2021. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um extenso processo de análise de conteúdo, desdobrado em objetivos específicos para cada etapa da metodologia de análise de conteúdo estabelecida por Bardin (1977). O primeiro objetivo específico consistiu em utilizar a técnica de análise temática para extrair com precisão os núcleos de sentido das indagações das questões do processo seletivo universitário. A partir da extração de sentido, o segundo objetivo foi compreender o conceito e a temática da questão. O último objetivo desse processo, o mais demorado e também fundamental, exigiu, a partir do significado extraído do texto da questão, um longo processo de busca por correlação derivada da leitura dos seis volumes de modo a verificar a presença ou ausência de conteúdos nos livros didáticos capazes de solucionar as questões universitárias. O processo foi minucioso devido ao grande volume de dados, mas todos os objetivos foram concluídos, as questões foram correlacionadas e classificadas de conforme sua correlação com conteúdo dos livros didáticos. Com isso, a hipótese foi confirmada: os conteúdos de História dos livros didáticos da coleção *Módulos para o novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais aplicadas* (2020) não foram capazes de solucionar 50% das questões de História do Processo Seletivo Vestibular da UFMS 2021 (PSV-UFMS/2021).

Os resultados expressaram a defasagem entre os conteúdos presentes nos livros didáticos e as questões do vestibular. Especificamente, a análise cobriu a coleção mencionada e revelou que esta não possui informações suficientes para abordar metade das questões de história do vestibular. A metodologia de análise de conteúdo evidenciou a falta de correlação de informações em 4 das 8 questões de História. Os resultados revelaram que o conteúdo presente na coleção *Módulos* (2020) é insuficiente e, embora apresente ampla interdisciplinaridade entre as disciplinas de Sociologia, História, Geografia e Filosofia, sofre também com a dispersão de um mesmo assunto/temática em diversos volumes, demandando a

união de diversas seções para responder uma única questão de História. As informações dispersas são agravadas por outra problemática: a falta de clareza na nomenclatura de cada seção, comprometendo a localização dos conteúdos utilizando o índice de cada livro. Como é perceptível, os resultados obtidos revelaram não apenas falta de conteúdo, mas expressaram problemas que podem dificultar o manuseio do material pelos alunos. Ademais, a coleção, ao concentrar sua abordagem demasiadamente em preocupações sociais, ecológicas, culturais e étnicas, numa abordagem histórica que privilegia a perspectiva contemporânea, acabou por remover de suas páginas conteúdos fundamentais para resolução de questões da disciplina de História presentes nos vestibulares. Especificamente, a pesquisa revelou a ausência de conteúdos históricos sobre Tupac Amaru II, Monções, Doutrina Monroe e União Ibérica.

A metodologia de análise de conteúdo, especialmente com a aplicação da técnica de análise temática, atendeu de maneira satisfatória às exigências. No entanto, o numeroso volume de informações nos livros didáticos transformou a busca das Unidades de Registro Chave em um processo exaustivo. Bardin já ressalta a importância e os avanços da informática em seu livro no ano de 1977. Considerando os progressos na área da computação, é possível perceber as novas ferramentas capazes de trabalhar com grandes volumes de dados simultaneamente. Afinal, as dificuldades encontradas pelo pesquisador não estão relacionadas às limitações da análise singular de cada questão ou à busca nos livros didáticos, mas sim à problemática de realizar esse processo repetidamente, multiplicado pelo número de questões e coleções que se desejava analisar. A ampliação da pesquisa, por exemplo, poderia ser feita ao incluir mais de uma coleção ou mais de um vestibular ao mesmo tempo, ou até mesmo múltiplos vestibulares e coleções. Isso, contudo, resultaria em um aumento monumental do volume de dados que precisam ser comparados, criando dificuldades para uma análise realizada manualmente.

No entanto, as áreas de Inteligência Artificial (IA) aplicada a banco de dados e Aprendizado de Máquina destacam-se pela capacidade de processar excessivas quantidades de dados, possibilitando, com o estabelecimento de métodos de análise de conteúdo como o que foi feito neste trabalho, transpor essa metodologia e automatizar o processo. Dessa forma, a capacidade de trabalho aumentaria com um número maior de dados, criando um banco de dados que permitiria o acesso a informações sobre os livros didáticos mais adequados para a resolução de questões de processos seletivos universitários. Esta é apenas uma das potenciais alterações para aprimorar a metodologia de análise e permitir avanços nos processos de correlação das informações contidas nas mensagens.

Apesar da extensa pesquisa realizada, tanto o problema quanto a abordagem da pesquisa não se esgotaram. Isso refere-se ao fato de que a análise abrangeu apenas uma coleção

aprovada pelo PNLD 2021, sendo possível expandi-la para uma análise de todas as coleções. Ademais, poderia incluir diversas provas do processo seletivo. A proposta original deste trabalho pretendia analisar três edições do PSV-UFMS, mas, ao longo da pesquisa, percebeu-se que, além de estender a pesquisa em demasiado, o tempo necessário para examinar cada questão era superior ao tempo disponível para o pesquisador. Dessa situação, surgiram as reflexões sobre a mecanização do processo de análise utilizando ferramentas digitais, no entanto, o desenvolvimento de um banco de dados e de um software capaz de realizar tais ações, embora não tenha sido realizado neste momento, representa uma opção promissora para futuras pesquisas.

Quanto à relação entre o vestibular e os livros didáticos, o pesquisador observou que a problemática inicial poderia ser abordada sob outra perspectiva. Partiu-se do pressuposto de que o livro didático teria se distanciado dos conteúdos exigidos nos vestibulares. No entanto, outra questão poderia ser levantada: teriam os vestibulares se distanciado dos conteúdos do ensino básico? Pesquisas sobre essa temática já existem e alguns estudos nessa área foram realizados, porém, devido à frequência anual dos vestibulares e às mudanças introduzidas pelo PNLD, trata-se de um campo de pesquisa que necessita de constantes atualizações.

Por fim, percebeu-se que, embora os resultados obtidos sejam satisfatórios e atendam plenamente ao objetivo proposto, a pesquisa constitui apenas uma etapa em um processo muito mais amplo. Acredita-se ser possível ampliar a pesquisa a níveis significativamente maiores, com a realização de um projeto trienal capaz de averiguar trienalmente todos os livros didáticos aprovados pelo PNLD que avalie todos os livros didáticos aprovados pelo PNLD e classifique seus conteúdos em relação aos principais vestibulares do Brasil. Essa é uma possibilidade de expansão da pesquisa que resultaria em benefícios substanciais para os alunos das escolas públicas, que possuem o livro didático como uma das únicas ferramentas confiáveis e gratuitas capazes de auxiliar no preparo para os processos seletivos universitários.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Cultura e comércio do livro didático. In: **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BEZERRA, V. O.; ZANDAVALLI, C. B. Os impactos das mudanças nos processos seletivos para o acesso aos cursos de graduação na UFMS. In: **XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR Dívida Pública e Educação Superior no Brasil**, Maringá, 2016. Anais do Evento Maringá/PR: UEM, 2016, p. 1255-1240.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Acesso em: 02 mar. 2024

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In: **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 30, n.3, São Paulo, p. 475-491, Set./Dez. 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2024

BRASIL. **Decreto N° 8.659, de 5 de abril de 1911**. Aprovada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica para os institutos de ensino criados pela União e dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1911, 90º da Independência e 23º da Republica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2024

BRASIL. **Decreto N° 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, em 19 de agosto de 1985; 164º da Independência e 97º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2024

BRASIL. MEC. **Edital de Convocação 3/2019-CGPLI**. Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2021. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL\\_PNLD\\_2021\\_CONSOLIDADO\\_13\\_\\_RETIFICACAO\\_07.04.2021.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf). Acesso em: 02 mar. 2024

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm). Acesso em: 03 de out. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 09 jan. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 04 out. 2024

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_vers\\_aofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_vers_aofinal_site.pdf). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Edital de Convocação PNLD 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Indivíduo, Natureza e Sociedade**. 1º ed. São Paulo. 2020.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Os tempos e espaços das cidades**. 1º ed. São Paulo. 2020.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio:** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Territórios e fronteiras. 1ª ed. São Paulo. 2020.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio:** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Ética, política e trabalho. 1ª ed. São Paulo. 2020.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio:** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Relações de poder e conflito. 1ª ed. São Paulo. 2020.

CATELLI JR., Roberto *et al.* **Coleção Módulos para o novo Ensino Médio:** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Cultura e diferenças. 1ª ed. São Paulo. 2020.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, São Paulo, ASPHE/FaE/UTPel, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2004.

DAHER, Hélio Queiroz; SANTOS, Davi de Oliveira; WILHELMS, Marcia Proescholdt (Orgs). **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul:** Ensino Médio e Novo Ensino Médio. Organizadores Campo Grande -MS: SED, 2021.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História:** Livro Didático e ensino no Brasil (1970-1990). Uberlândia: EDUFU, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 29–50, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30663>. Acesso em: 7 jan. 2024

LA VILLE, C.; DIONNE. J. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Reimpressão 2008. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOREIRA, Kênia Hilda; MUNAKATA, Kazumi. Livros Didáticos como fonte/objeto de pesquisa para a História da Educação no Brasil e na Espanha. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.7, n.19, p.2-5, maio./ago. 2017

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos.** 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MUNAKATA, Kazumi. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **A escrita da história escolar:** memória e historiografia. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009, v. 1, p. 281-292.

MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, set./dez. 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 12, n. 3, set./dez. 2012.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. Revista **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119 – 138, 2016.

RIBEIRO NETO, A. **O vestibular ao longo do tempo**: implicações e implicâncias. Seminário “Vestibular Hoje”, Brasília, DF, MEC/SESU/CAPES, dezembro de 1985. Disponível em: [www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/116.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/116.pdf). Acesso em: 03 out. 2024.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (Orgs.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Anne C. F. **Estado do conhecimento sobre o livro didático de história em dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação no Brasil (1990-2015)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

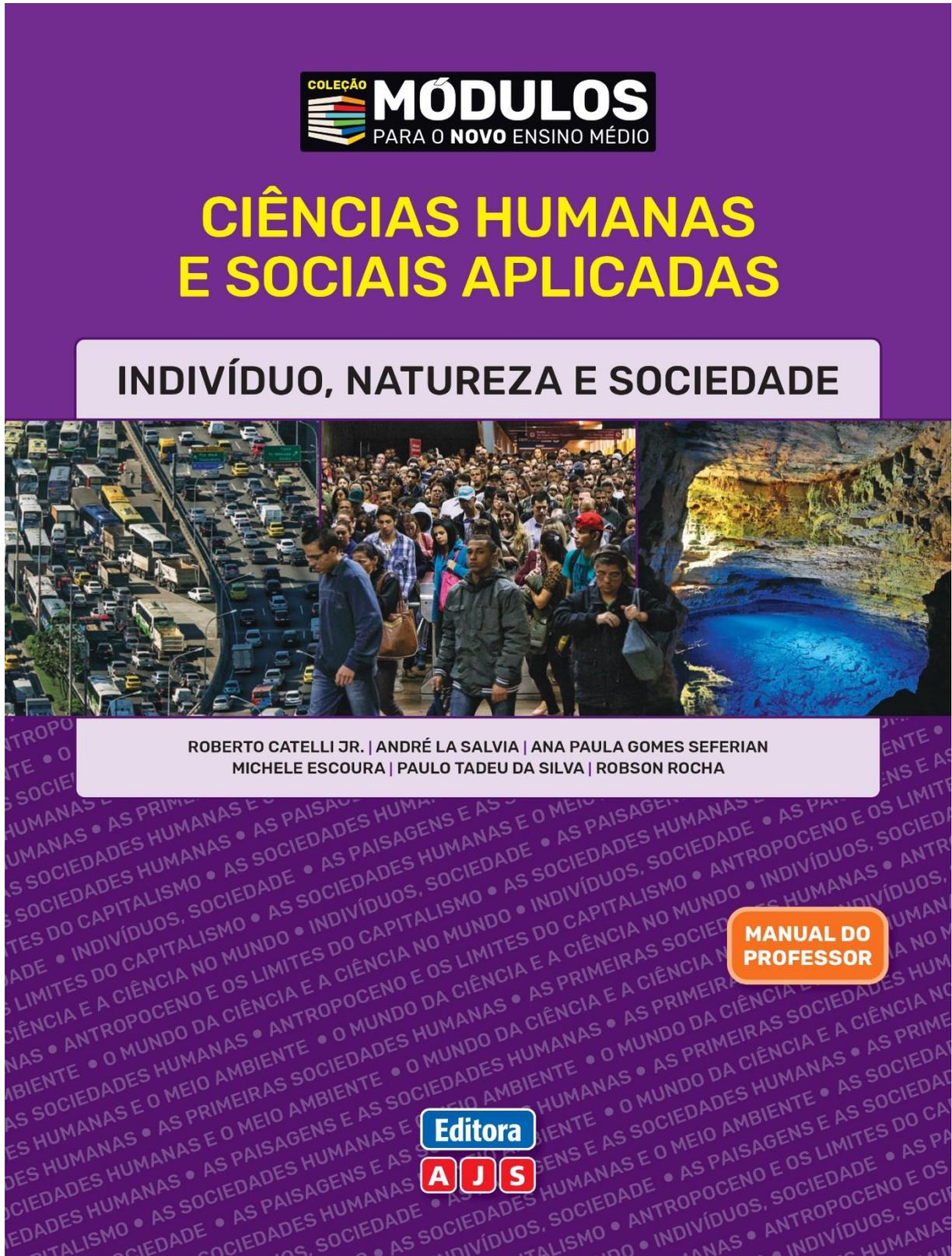
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital de divulgação Nº 128/2020-PROGRAD/UFMS**. Torna público o conteúdo programático do Processo Seletivo Vestibular da UFMS 2021 (PSV-UFMS 2021). Disponível em: [https://ingresso.ufms.br/files/2020/10/SEI\\_UFMS\\_\\_\\_2220055\\_\\_\\_Edital\\_199.2020\\_Prograd\\_\\_PSV\\_2021.pdf](https://ingresso.ufms.br/files/2020/10/SEI_UFMS___2220055___Edital_199.2020_Prograd__PSV_2021.pdf). Acesso em: 6 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital de inscrição Nº 199/2020-PROGRAD/UFMS**. Torna público a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Vestibular UFMS 2021 (PSV-UFMS 2021). Disponível em: <https://ingresso.ufms.br/publicacao/vestibular/vestibular-ufms-2021-edital-de-inscricao-prograd-no-199-2020/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Processo seletivo vestibular UFMS 2021**. Disponível em: <https://ingresso.ufms.br/files/2021/06/Prova-PSV-2021.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

## ANEXOS

## ANEXO A – CAPA DO VOLUME INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE



## ANEXO B – CAPA DO VOLUME OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES

COLEÇÃO **MÓDULOS**  
PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

## OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES



ROBERTO CATELLI JR. | ANDRÉ LA SALVIA | ANA PAULA GOMES SEFERIAN  
MICHELE ESCOURA | PAULO TADEU DA SILVA | ROBSON ROCHA

MANUAL DO  
PROFESSOR

Editora  
**AJS**

## ANEXO C – CAPA DO VOLUME TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

COLEÇÃO **MÓDULOS**  
PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

## TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS



ROBERTO CATELLI JR. | ANDRÉ LA SALVIA | ANA PAULA GOMES SEFERIAN  
MICHELE ESCOURA | PAULO TADEU DA SILVA | ROBSON ROCHA

MANUAL DO  
PROFESSOR

Editora  
**AJS**

## ANEXO D – CAPA DO VOLUME ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO

COLEÇÃO **MÓDULOS**  
PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

## ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO



ROBERTO CATELLI JR. | ANDRÉ LA SALVIA | ANA PAULA GOMES SEFERIAN  
MICHELE ESCOURA | PAULO TADEU DA SILVA | ROBSON ROCHA

**MANUAL DO  
PROFESSOR**

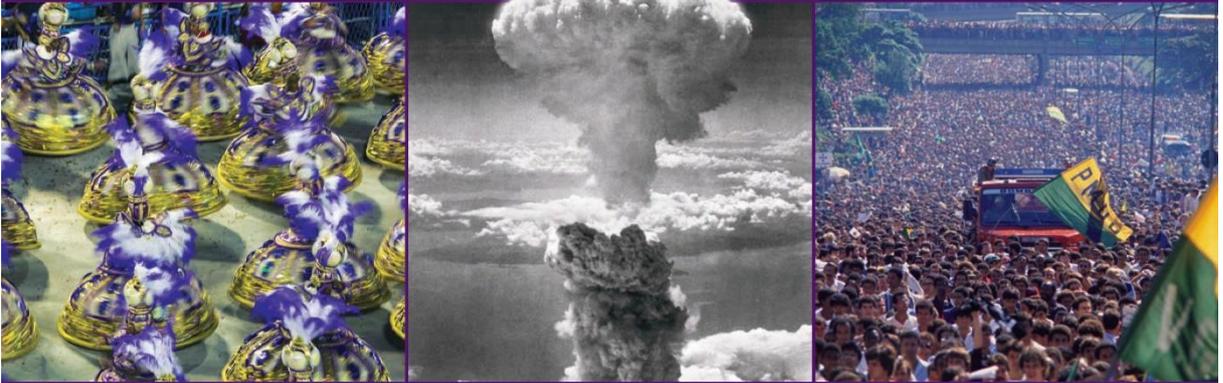
Editora  
**AJS**

ANEXO E – CAPA DO VOLUME RELAÇÕES DE PODER E CONFLITO

COLEÇÃO **MÓDULOS**  
PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

## RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS



ROBERTO CATELLI JR. | ANDRÉ LA SALVIA | ANA PAULA GOMES SEFERIAN  
MICHELE ESCOURA | PAULO TADEU DA SILVA | ROBSON ROCHA

**MANUAL DO  
PROFESSOR**

Editora  
**AJS**

ANEXO F – CAPA DO VOLUME CULTURAS E DIFERENÇAS



# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

## CULTURAS E DIFERENÇAS



ROBERTO CATELLI JR. | ANDRÉ LA SALVIA | ANA PAULA GOMES SEFERIAN  
MICHELE ESCOURA | PAULO TADEU DA SILVA | ROBSON ROCHA

**MANUAL DO  
PROFESSOR**



## ANEXO G – CAPA DO PSV-UFMS DE 2021

 	
<b>2021</b>	
<b>PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR UFMS 2021 (PSV-UFMS 2021)</b>	
<p>Data: <b>29/01/2021</b></p> <p>Horário: <b>8h</b></p> <p><b>Manhã</b></p> <p>Duração da prova: <b>5h</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>INSTRUÇÕES</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.</li> <li>2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões; b) um cartão-resposta; e c) uma folha de redação.</li> <li>3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as <b>60 (sessenta)</b> questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.</li> <li>4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.</li> <li>5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E. <p style="margin-left: 40px;">Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.</p> <p style="margin-left: 40px;">Há somente uma alternativa correta para cada questão.</p> <p style="margin-left: 40px;">Exemplo: Se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:</p> <div style="margin-left: 40px; border: 1px solid black; padding: 5px; display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <span style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px;">A</span> <span style="background-color: black; width: 20px; height: 15px; display: inline-block;"></span> <span style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px;">C</span> <span style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px;">D</span> <span style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px;">E</span> </div> </li> <li>6. Não faça rasuras no cartão-resposta.</li> <li>7. Procure responder a todas as questões.</li> <li>8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos Fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.</li> <li>9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.</li> </ol>
<b>AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA E COLE AQUI.</b>	

## ANEXO H – QUESTÕES 50 E 51 DO PSV-UFMS 2021

## CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

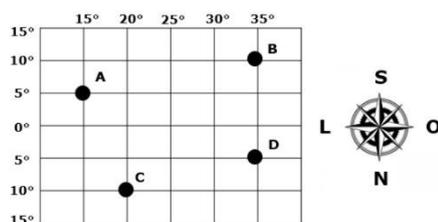
**46 -** “O \_\_\_\_\_ é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso” (Resolução CONAMA nº 237/97). Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- A) Projeto de recuperação de áreas degradadas.
- B) Licenciamento ambiental.
- C) Projeto técnico ambiental.
- D) Zoneamento ambiental.
- E) Plano de manejo.

**47 -** As mudanças climáticas podem ter causas naturais e podem ser consequência das atividades humanas. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta corretamente mudanças climáticas decorrentes de causas naturais.

- A) Queima de combustíveis fósseis, que emite na atmosfera gases de efeito estufa.
- B) Contaminação do solo e dos recursos hídricos, o que altera o equilíbrio ambiental.
- C) Emissão de gases poluentes na atmosfera por indústrias e automóveis.
- D) Retirada da cobertura vegetal nativa.
- E) Os fenômenos El Niño e La Niña.

**48 -** A figura a seguir apresenta pontos localizados em coordenadas diferentes e representados pelas letras A, B, C e D.



Com base na interpretação da figura, assinale a alternativa correta.

- A) O ponto B localiza-se a 35° de longitude sul e 10° de latitude leste.
- B) O ponto C localiza-se a 20° de latitude sul e 10° de longitude oeste.
- C) O ponto A localiza-se a 15° de latitude sul e 5° de longitude leste.
- D) O ponto D localiza-se a 35° de latitude sul e 5° de longitude leste.
- E) O ponto B localiza-se a 35° de latitude norte e 10° de longitude leste.

**49 -** A preservação ambiental é um tema comumente difundido na sociedade mundial. Partindo desta constatação, leia este relato:

“Residências, comércios e indústrias, no ano de 2016, foram responsáveis pelo descarte incorreto de 7 milhões de toneladas de lixo, sendo 13% plásticos e apenas 15% foi reciclado” (ONU Meio Ambiente, 2018).

A prática do regresso dos materiais já utilizados no processo produtivo, buscando seu reuso ou o descarte de maneira correta dos resíduos, denomina-se:

- A) produção artesanal.
- B) produção alternativa.
- C) intervenção sanitária.
- D) imposição patrimonial.
- E) logística reversa.

**50 -** A Cartografia é considerada a ciência que trata da criação, da produção, da difusão, da utilização e do estudo dos mapas. Os fusos horários, também denominados zonas horárias, foram estabelecidos no ano de 1884, com o intuito de estabelecer diferentes horários, em função do movimento de rotação da terra, sendo adotado mundialmente desde então. Partindo desta informação, o fuso referencial para a determinação das horas é:

- A) Latitude.
- B) Linha do Equador.
- C) Meridiano de Greenwich.
- D) Trópico de Câncer.
- E) Trópico de Capricórnio.

**51 -** Leia com atenção o trecho do romance **Helena**, de Machado de Assis.

“No dia seguinte fez-se o enterro, que foi um dos mais concorridos que ainda viram os moradores do Andaraí. Cerca de duzentas pessoas acompanharam o finado até a morada última, achando-se representadas entre elas as primeiras classes da sociedade. O conselheiro, posto não figurasse em nenhum grande cargo do Estado, ocupava elevado lugar na sociedade, pelas relações adquiridas, cabedais, educação e tradições de família. Seu pai fora magistrado no tempo colonial, e figura de certa influência na corte do último vice-rei. Pelo lado materno descendia de uma das mais distintas famílias paulistas. Ele próprio exercera dois empregos, havendo-se com habilidade e decore, do que lhe adveio a carta de conselho e a estima dos homens públicos.”

## ANEXO I - QUESTÕES 52 E 53 DO PSV-UFMS 2021

O fragmento narra a morte do Conselheiro Vale em abril de 1859. É possível perceber aspectos relacionados à História do Brasil remanescentes do período colonial, mas que permaneceram, ainda, durante o período imperial. Assinale a alternativa correta que apresenta esses aspectos.

- A) A transformação da sociedade brasileira pós-independência, já que com a abolição da escravidão as elites associadas ao tráfico de mão de obra africana (ligadas aos vice-reinados) e de captura da mão de obra nativa (bandeirantes paulistas) passaram a contar com algum prestígio social na corte.
- B) A manutenção da estrutura social ligada à administração da colônia portuguesa, que diminuía todas as possibilidades de mobilidade social, perceptível por meio da longevidade das relações de poder que, mesmo após a independência do Brasil, ainda eram perceptíveis mesmo em meados do século XIX.
- C) A permanência da hegemonia social da aristocracia da terra, ligada à produção agrícola para exportação, seja ela açucareira, seja cafeeira, que desde os primórdios do período colonial buscou a libertação do Brasil dos grilhões portugueses, objetivando sua autonomia política e regulamentando a vida política do País.
- D) A mudança de paradigma com relação às relações sociais, o que se tornou cada vez mais evidente com a ascensão de Dom Pedro II ao trono do Brasil, refutando qualquer forma de memória da colonização portuguesa e criando uma classe política fundamentada nos ideais positivistas e liberais do século XIX, para a composição da política nacional.
- E) A dinâmica da mobilidade social brasileira, que permitia a alternância entre as classes sociais e que após a independência, em 1822, encontrou novo ambiente para promoção dos mais pobres, visto que era permitido a todos os cidadãos participar da vida pública do País, como comprova o texto lido, tendo em vista a multidão que se apresentou ao enterro do Conselheiro.

**52 -** Sobre o processo de independência da América espanhola, é correto afirmar que:

- A) Simón Bolívar foi um nobre espanhol que lutou pela independência da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, atuando como político e general do exército espanhol na América antes de insuflar a conspiração contra sua pátria e a favor das minorias exploradas na América do Sul.
- B) lutando pela independência da Bolívia, os líderes Tupac Amaru III e Che Guevara atuaram na Guerra del Chaco contra a dominação paraguaia da região e retomando a independência das antigas províncias de

Moxos e Chiquitos, transformando-as no atual território boliviano.

- C) Tupac Amaru II foi um líder revolucionário do Peru que, apesar de ser proprietário de terras e considerado como herdeiro do império Inca, lutou contra a opressão espanhola ainda no século XVIII, atuando ao lado da elite crioula pela emancipação da região e pelo fim dos massacres de nativos.
- D) François-Dominique Toussaint L'Ouverture foi um líder revolucionário descendente de escravos africanos que enfrentou a França napoleônica em busca da independência do Haiti, de Saint Domingue e da Guiana Francesa no século XIX, alcançando seus objetivos e tornando-se um dos maiores comandantes da América.
- E) José de San Martín foi um grande líder revolucionário da América espanhola durante o século XIX e que lutou pela independência de países como Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Panamá e Suriname, tornando-se líder da Grã-Colômbia, governo paralelo que existiu na América do Sul, realizando oposição ao império espanhol.

**53 -** Leia atentamente o texto a seguir.

"Em vinte anos, desde o desembarque de Colombo, a população dessa ilha densamente habitada havia sido quase varrida pela guerra, pelas doenças, pelos maus tratos e pelo trauma resultante dos esforços dos invasores para obrigá-la a aceitar modos de vida e comportamento totalmente desvinculados de sua experiência anterior."

BETHEL, Leslie. **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 153.

O excerto indica que a conquista da América pelos espanhóis foi marcada pela:

- A) superioridade numérica e bélica dos espanhóis, que derrotaram os indígenas sem grandes dificuldades.
- B) ausência de mão de obra escrava, uma vez que os indígenas aceitavam trabalhar sob o regime da *mita*.
- C) ação militar violenta, disseminação de doenças entre os nativos e imposição de hábitos espirituais e ideológicos.
- D) preservação das instituições nativas, manutenção dos índices demográficos e interação cultural entre indígenas e europeus.
- E) violência nos saques de riquezas e na conquista de terras e preocupação com aspectos culturais e ideológicos da população nativa.

## ANEXO J - QUESTÕES 54 E 55 DO PSV-UFMS 2021

**54** - O cartum a seguir faz referência a uma possível cena do cotidiano de uma família da pré-história. O que passa a produzir sentido nessa forma de comunicação é o contexto em que a cena é registrada séculos depois. Acerca do teor humorístico e da mensagem relacionada ao estudo do passado contido no cartum, é correto afirmar que:



Fonte: [www.mentirinha.com.br](http://www.mentirinha.com.br) Acesso em: 03 dez. 2020.

- A) a ausência da escrita impossibilita qualquer forma de conhecimento do passado das sociedades ágrafas, pois toda a produção artística da pré-história deve ser concebida como aspectos artísticos e não voltados como História.
- B) a vida dos seres humanos da pré-história era cercada de mitos, e as pinturas registradas em abrigos rochosos nem sempre rememoravam o que de fato ocorreu, devendo ser analisadas apenas como registro artístico de um período da humanidade e não como memória do passado.
- C) a arte rupestre deve ser interpretada como uma forma de reconhecer o passado, por meio da cultura material, percebendo aspectos da vida dos seres humanos pelos registros de cenas do cotidiano ou de menções a rituais que faziam parte do imaginário dos seres humanos que viveram em períodos anteriores ao surgimento da escrita.
- D) compreendida como parte da história da humanidade, as pinturas rupestres fazem parte do acervo de compreensão das dinâmicas sociais das sociedades pretéritas e, de acordo com a visão marxista materialista da História, devem ser

compreendidas como elementos que comprovam a luta de classes desde os períodos mais remotos da humanidade.

- E) os elementos contidos nos registros arqueológicos, apesar de serem extremamente significativos como a compreensão das transformações técnicas e tecnológicas da sociedade e até mesmo da dinâmica social desses agrupamentos humanos, não devem ser incorporados como fontes históricas, pois estão associados a aspectos culturais e enquadrados como patrimônio cultural imaterial e não como elementos associados à legitimação do percurso histórico da humanidade.

**55** - A partir da segunda metade do século XIX, parte da sociedade portuguesa passou a repudiar o comércio e a mão de obra utilizados pela elite brasileira. Acerca dessa questão, assinale a alternativa correta.

- A) O tráfico de escravos passou a ser contestado como prática econômica em Portugal justamente após o período de libertação das colônias americanas e africanas, quando a economia lusa foi obrigada a se reorganizar e investir na industrialização, buscando novos mercados consumidores junto a suas antigas colônias.
- B) A supressão do tráfico de mão de obra africana no Brasil foi ocasionada pela mudança de paradigma propiciado pela promulgação da Constituição de 1824, que dava aos brasileiros opção para escolher se optariam ou não pelo uso de escravos africanos, tornando o comércio de escravos como atividade ilegal no Velho Mundo.
- C) Fundamentada na questão abolicionista, que já existia no Brasil desde a década de 1830, quando a Inglaterra aboliu a escravidão de suas colônias, a sociedade portuguesa passou a contestar o tráfico de escravos fortemente influenciada pelos ideais liberais, mas também como questionamento à aristocracia brasileira, que ainda mantinha escravos africanos como força de trabalho em pleno século XIX.
- D) As represálias da sociedade portuguesa foram oriundas do rápido enriquecimento das antigas colônias portuguesas, especialmente o Brasil, quando após a independência, efetivada em 1822, passou a obter lucratividade com a venda do café e, conseqüentemente, passou a não pagar impostos à antiga metrópole, Portugal, que buscava um meio para recolonizar o Brasil, mesmo com a permanência de Pedro I na América.
- E) A ligação de Portugal com a Inglaterra remonta às décadas iniciais do século XIX, quando a esquadra inglesa acompanhou o monarca português, D. João VI, até o Rio de Janeiro, permitindo que se mantivesse a

## ANEXO K - QUESTÕES 56 E 57 DO PSV-UFMS 2021

unidade territorial do império ultramarino português mesmo diante do assédio do exército de Napoleão Bonaparte, sendo que a repulsa à figura do açoriano traficante de escravos deve-se à influência inglesa, que buscava a hegemonia do comércio de escravos em escala mundial.

**56 -** Sobre a produção aurífera no Brasil e seus desdobramentos, é correto afirmar que:

- A) a mineração no Brasil só foi realmente efetivada após a confirmação da posse portuguesa sobre os territórios potencialmente viáveis para a exploração mineral (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), reconhecidos e legitimados pelos Tratado de Madri e de Petrópolis.
- B) para o desenvolvimento da exploração aurífera em Cuiabá, capitania de Mato Grosso, foi criada uma estrutura de escoamento da produção que utilizava uma rota flúvio-terrestre denominada monções e que, posteriormente, deu origem a algumas localidades no sul da antiga capitania de Mato Grosso.
- C) a produção aurífera nas Minas Gerais foi resultado do processo de investigação no interior do continente promovido por exploradores do Rio de Janeiro ligados à corte. Após instalada a rede mineradora em Ouro Preto e em Mariana, a produção era escoada pela estrada real Ouro Preto-Petrópolis.
- D) a descoberta do ouro em Minas Gerais provocou uma série de contravenções relacionadas à tributação do metal precioso, buscando um caminho alternativo que ligava Minas Gerais até a província Cisplatina, contribuindo, posteriormente, para a independência dessa região da dominação portuguesa.
- E) a exploração do ouro no interior do continente, no início do século XVIII, fez com que a capitania do Rio de Janeiro, visando a controlar a arrecadação de tributos provenientes da mineração, incorporasse os territórios de São Paulo, de Minas Gerais e de Mato Grosso à sua jurisdição até a década de 1860, quando esses territórios se tornaram independentes novamente.

**57 -** Considere os textos a seguir.

### TEXTO I

"O século XVIII constitui um marco importante para a história do pensamento ocidental e para o surgimento da sociologia. As transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças que ocorriam no ocidente europeu."

FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia. In: FORACHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 11.

### TEXTO II

"[...] entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados no mesmo sentido que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o fim especial de suas pesquisas. Assim, ela se propõe diretamente a explicar, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, visto em todas as suas partes essenciais [...]."

Auguste Comte

Disponível em: <<http://docplayer.com.br/235-A-postura-do-positivismo-com-relacao-as-ciencias-humanas.html>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

A Sociologia, para ser reconhecida como ciência, precisava demonstrar objetividade na sua análise. Para evidenciar que os fenômenos sociais também são passíveis de análise científica, a Sociologia - em sua constituição enquanto ciência - utilizou-se de métodos:

- A) similares aos das ciências da natureza.
- B) holísticos, inter-relacionando o todo e as partes.
- C) monográficos, com a finalidade de obter generalizações.
- D) estruturalistas, como forma de penetrar a realidade concreta dos fenômenos.
- E) funcionalistas, que consideram a sociedade como estrutura complexa de grupos ou indivíduos.

**58 -** A Doutrina Monroe, em conjunto com outros fatores, assinalou o que mais tarde se configuraria no imperialismo norte-americano, auxiliando na consolidação dos EUA como uma das maiores potências mundial do século XX. A questão política expansionista dos EUA está associada:

- A) ao desenvolvimento industrial britânico.
- B) ao slogan "América para os americanos".
- C) ao apoio da intervenção europeia na América.
- D) à propagação do "american way of life - estilo de vida americano".
- E) à política de expansão territorial, conhecida como "marcha para o Oeste".

## ANEXO L - QUESTÕES 59 E 60 DO PSV-UFMS 2021

**59** - Considere o fragmento a seguir.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil."

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2020.

A Lei 11.645, sancionada em 2008, reforçou leis precedentes que tinham por objetivo a inclusão do ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos do ensino fundamental e médio.

A partir do fragmento, constata-se que a importância da inclusão de tais temáticas no ensino brasileiro se dá pela:

- inexistência de políticas afirmativas em setores públicos e privados.
- disseminação do ensino intercultural indígena em Universidades Públicas.
- assinatura do acordo ortográfico da Língua Portuguesa com países africanos.
- demarcação de terras indígenas e reconhecimento de comunidades quilombolas.
- contribuição das culturas africanas e indígenas na formação da sociedade brasileira.

**60** - Considere o excerto a seguir.

"Nos meados de seiscentos, a situação econômica portuguesa era de grave depressão. Numa consulta do Conselho da Fazenda, de 1657, descrevia-se a situação em traços sombrios: "A Índia (...) acha-se hoje reduzida miseravelmente a seis praças principais que são: Moçambique, sem defesa; Goa, pouco segura; Diu, arriscada; Cochim, pendente da amizade do rei; Colombo, invadida pelos holandeses; Macau, sem comércio, desesperada (...) Angola, nervo das fábricas. A atividade do Brasil, necessita de prevenção contra os desejos que os castelhanos, ingleses e holandeses tem de nos tirarem os negros e os levarem às Índias, às Barbadas e outras partes. A ilha de S. Tomé, onde se juntava o dinheiro de panos para engrossar o trato de Angola, se pôs em termos que já não parecem desta coroa, pois com ela não temos comércio nenhum."

Disponível em:

<[www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-embates-políticos-e-ideológicos-no-reino-lusitano-da-Restauração-à-Viradeira-Algumas-considerações-José-Elias-Lara.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-embates-políticos-e-ideológicos-no-reino-lusitano-da-Restauração-à-Viradeira-Algumas-considerações-José-Elias-Lara.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2020.

O documento evidencia a situação econômica de Portugal em 1657, que se relaciona diretamente com:

- o esgotamento do ouro em terras brasileiras e a decretação da derrama.
- a manutenção do monopólio português sobre a produção do açúcar e a decadência do ciclo do Pau-Brasil.
- o conflito entre França e Inglaterra pelo exclusivo domínio colonial no norte da América e pelo domínio marítimo.
- a União Ibérica e a estrutura político-cultural lusitana, que impedia o desenvolvimento de atividades manufatureiras.
- a substituição do comércio açucareiro pelas atividades lucrativas do tráfico de escravos africanos e as Guerras de Palmares

### REDAÇÃO

#### PROPOSTA DE REDAÇÃO

Associados por uma mesma configuração temática, os fragmentos textuais que seguem visam a fornecer subsídios para o encaminhamento da redação a ser desenvolvida pelo candidato. Leia-os com atenção.

A desqualificação do modo de falar do outro pode relacionar-se a diferentes instâncias da manifestação linguística, especialmente à fonética, à morfossintaxe e ao léxico. Na explicitação do preconceito, dá-se particular evidência a infrações de preceitos gramaticais – muitas vezes só pertinentes em abordagens da língua escrita – e, com base nelas, estigmatizam-se os *outros* por não saberem falar a língua. Em suma, "confunde-se gramática normativa com

língua" (SCHERRE, 2005, p. 42). Seja qual for a razão propriamente linguística ou gramatical para justificar o preconceito, ele comumente só serve de pretexto para sustentar e reforçar a discriminação social, cultural e econômica. (José Gaston Hilgert. *A intolerância linguística no sul do Brasil durante o Estado Novo*)

Intolerância é a certeza de estar de posse de uma verdade absoluta, que se procura impor por anuência ou repressão. Desse ponto de vista, a Intolerância caracterizou toda a história europeia religiosa e laica. Com suspeita e Intolerância sempre agiu na Europa a razão do Estado – religiosa, política e social – para obter anuência ou para eliminar a oposição; desse